



**FACULDADE RATIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALANA ROSNEY DE SOUZA BARBOSA

**AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA QUE ESTÃO TEMPORARIAMENTE
NO AIBERGUE SÃO FRANCISCO: DILEMAS E ENFRENTAMENTOS DESSA QUESTÃO SOCIAL**

FORTALEZA –CE

2015

ALANA ROSNEY DE SOUZA BARBOSA

**AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA QUE ESTÃO TEMPORARIAMENTE
NO AIBERGUE SÃO FRANCISCO: DILEMAS E ENFRENTAMENTOS DESSA QUESTÃO SOCIAL**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes

FORTALEZA - CE

2015

ALANA ROSNEY DE SOUZA BARBOSA

**AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA QUE ESTÃO TEMPORARIAMENTE
NO AIBERGUE SÃO FRANCISCO: DILEMAS E ENFRENTAMENTOS DESSA QUESTÃO SOCIAL**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes

Faculdade Ratio

Prof.^a Ms. Lucia de Fátima Rocha Bezerra Maia

Faculdade Ratio

Prof.^a Esp. Erivânia Bernardino Cruz

Faculdade Ratio

Dedico este trabalho a toda minha família que acredita nos meus sonhos e fazem de tudo para realizá-los.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora, que durante esses anos, foram essenciais no direcionamento de todo caminho percorrido.

Agradeço a toda Comunidade Católica Shalom, em especial, meus formadores, que diante das minhas ausências e dificuldades, me direcionaram, formaram e incentivaram para que esse projeto se efetivasse.

Agradeço à minha mãe, Rose Mary, que é a maior referência da minha vida, e as minhas irmãs, Rosney e Wzêly, por todo estímulo em minhas decisões.

Agradeço ainda, às minhas colegas de curso que durante estes anos compartilharam suas histórias de vida, superaram desafios e demonstraram que tudo vale a pena para realização dos nossos projetos pessoais.

Enfim, agradeço aos meus professores e a minha orientadora Kelly Maria, pelo apoio e compreensão, por fazerem parte da realização desse projeto. A vocês o meu respeito e gratidão.

Deus abençoe, Shalom!

**“Posso, tudo posso Naquele que me fortalece.
Nada e ninguém no mundo vai me fazer desistir”
(Celina Borges)**

RESUMO

O número de pessoas em situação de rua vem aumentando cotidianamente, embora os dados oficiais sejam os da última pesquisa realizada em 2007 que quantificou essa população em 31.922 pessoas, percebemos que durante esse intervalo de tempo, poucos projetos e programas têm sido criado para atender esse público. A pesquisa desenvolvida nesse trabalho, que buscou entender as trajetórias de vida dos sujeitos que vivem temporariamente no Albergue São Francisco, demonstrou que os motivos que os levaram à instituição são os mesmos da Pesquisa Nacional: Quebra dos laços familiares, drogadição e álcool. Outro ponto de grande relevância que podemos constatar é que todos os sujeitos desempenhavam alguma atividade laboral, antes de estarem na rua, ou seja, é necessário romper com os estereótipos que lhes definem como “vagabundos”, “malandros” e “pedintes”. O trabalho também enfatizou o processo de exclusão social que surge em consequência da desigualdade social e da pobreza que é descrita aqui de forma ampliada, relatando a situação atual do Brasil e seus projetos que buscam a erradicação da miséria extrema. Embora durante o trabalho sejam enfatizados algumas políticas públicas que atendem esses sujeitos, podemos perceber que é necessário a integração entre as secretarias de habitação, do trabalho e da saúde, com projetos sociais mais amplos e consistentes, juntamente com os ministérios para que todos assumam a responsabilidade e não apenas a assistência social. Finalizando essa pesquisa, percebemos que o Brasil não é um país pobre, o mesmo tem sua riqueza mal distribuída e a população em situação de rua é resultado desse processo do capitalismo que nos torna individualistas e insensíveis ao outro.

Palavras-Chave: Pessoas em Situação de Rua, Exclusão Social, Desigualdade Social, Pobreza, Políticas Públicas

ABSTRACT

The number of people on the streets has increased, although official figures are those of the last survey conducted in 2007 that quantified this population at 31,922 people, we realized that during this time interval, few projects and programs have been created to meet this public. The research developed in this study, which sought to understand the life trajectories of individuals living temporarily in Hostel San Francisco, showed that the reasons that led to the institution are the same from the National Survey: breaking of family ties, drug addiction and alcohol. Another point of great importance that we noted is that all the guys played some labor activity, before they are on the street, that is, it is necessary to break with stereotypes that define them as “vagabonds”, “rascals” and “beggars”. The work also emphasized the process of social exclusion that arises as a result of social inequality and poverty that is described here in a broad way, reporting the current situation in Brazil and projects that seek to eradicate extreme poverty. While at work is emphasized some public policies that address these subjects, we can see that the integration between housing departments is required, labor, health, and consistent with broader social, along with the ministries to take all responsibility and not just social assistance. Finally this research, we realize that Brazil is not a poor country, it has its wealth badly distributed and the people on the streets is a result of this process of capitalism makes us individualist and insensitive to others.

Keywords: People in Homeless, Social Exclusion, Social Inequality, Poverty, Public Policy

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPS - Centros de Apoio Psicossocial

CAPS AD- Centros de Apoio Psicossocial em Álcool e Drogas

CENTROPOP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CONGEMAS - Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJF – Instituto José Frota

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNPR - Movimento Nacional de População de Rua

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SETRA - Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SEMAS – Secretaria Municipal da Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Serviço Único de Saúde

TCLE- Termo de Consentimento

UNESCO - Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAPÍTULO I – DESCREVENDO OS PASSOS DA PESQUISA	18
2.1 O Método como Caminho do Conhecimento Científico	18
2.2 Modalidades da Pesquisa	20
2.3 Cenário da Pesquisa	22
2.4 Técnicas e Instrumentos da Pesquisa	25
2.5 Análise dos Dados Coletados	28
2.6 Questões éticas da Pesquisa	29
3 CAPITULO II – AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS SUJEITOS DA PESQUISA E UM BREVE RELATO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESSE PÚBLICO	30
3.1 Os sujeitos da pesquisa e um pouco sobre suas trajetórias	30
3.2 Algumas Políticas Públicas voltada para a População em Situação de Rua	39
4 CAPITULO III – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONCEITOS E BREVE RELATOS.....	42
4.1 O surgimento da População em Situação de Rua.....	42
4.2 Os estereótipos existem?.....	45
4.3 Principais Motivos de Estar na Rua	48
5 CAPITULO IV – MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS DA EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA NO BRASIL.....	59
5.1 Exclusão Social e suas Facetas.....	59
5.2 O Brasil é um País Pobre?	63
5.3 A Pobreza No Brasil – Apresentando o Plano “Brasil sem Miséria”.....	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	83
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	84

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social a cada dia vai criando uma barreira entre os indivíduos. Podemos observar que a sociedade capitalista rotula as pessoas e assim limita os espaços de cada classe.

Acreditamos que muitos já presenciaram situações de discriminação e desrespeito com os sujeitos historicamente excluídos. Hoje os espaços sociais são frequentados por grupos específicos, levando as pessoas a se enquadrarem em determinados padrões para serem aceitos, ou bem vistos.

A sociedade cobra que sejamos sujeitos produtivos, ou seja, precisamos gerar lucro, pois, somos vistos como investimento, caso contrário seremos desnecessários e esse é um ponto relevante quando se fala sobre pessoas em situação de rua, que geralmente são excluídos pela incapacidade de participarem da criação da riqueza.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) legitima a população em situação de rua na esfera do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), no Decreto nº 7.053/2009 que declara:

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, trata-se de grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

O histórico brasileiro demonstra que o número de pessoas em situação de rua a cada ano vem crescendo, tudo isso é consequência de uma sociedade individualista, consumista que torna público seu pertencimento a determinada classe social, conforme características similares que os identificam, sejam nos grupos familiares ou nas comunidades. A ruptura desses “elo de pertencimento” geralmente está ligada a situações de exclusão. O modo de produção capitalista moderno produz incluídos e também excluídos na sociedade; esse quadro se agrava com o advento da globalização, que gera contínuo desequilíbrio entre todos os envolvidos nesse processo.

A última pesquisa nacional sobre a população em situação de rua foi realizada em parceria pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO), entre

Agosto de 2007 e Março de 2008. “Neste período, a pesquisa quantificou uma população de 31.922 adultos em situação de rua, nos 71 municípios pesquisados, contudo a estimativa é que 50.000 pessoas vivam nesta situação no Brasil”.

De acordo com a pesquisa citada acima 82% da população em situação de rua são do sexo masculino, dentre eles 53% possuem a idade entre 25 e 44 anos e 67% são negros. Entre os principais motivos que levam essas pessoas as ruas 35,5% estão relacionadas pelo uso de álcool/drogas; 29,8% desemprego e por ultimo com 29,1% desavenças com pai/mãe/irmãos. (MDS, 2008)

No Ceará, a situação ainda é mais complexa, segundo a pesquisa realizada pela Assembleia Legislativa do Ceará, que foi publicada no Jornal Tribuna do Ceará em 24 de Outubro de 2013 diz que: “70% dessa população é formada por jovens entre 13 e 18 anos, que não chegaram a concluir o ensino fundamental I (1º ao 5º ano), sendo a fragilização dos vínculos familiares, o principal motivo de estarem na rua.”

Não se pode deixar de mencionar que sendo o Nordeste um estado de clima quente e secas constantes, um grande número de pessoas tem migrado da zona rural para urbana por problemas fundiários, em busca de sustentação geralmente para família. Ao chegarem na cidade acabam se deparando com a redução da oferta de emprego, o desenvolvimento tecnológico e científico, gera cada vez mais a concentração da riqueza a uma minoria, enquanto a maioria dos cidadãos se submetem a vender sua força de trabalho por valores irrisórios e certamente contribuindo significativamente para o agravamento da situação dos que vivem na rua.

As consequências de se morar em uma grande cidade, com uma população enorme, deixam marcas negativas na vida de muitos, gerando assim um grande individualismo em todos os espaços, inclusive dentro da família. Os vínculos vão se desfazendo porque cada um precisa resolver seus problemas, os objetivos são individuais, não existe mais diálogo, podemos constatar o grande número de pessoas com depressão.

Em Fortaleza os últimos dados disponíveis dessa população, veio da pesquisa que foi divulgada pelo Jornal de Hoje no dia 03 de Fevereiro de 2014, “onde foram contabilizadas 1701 pessoas, levando em conta a população acima de 18 anos, é notório que esses números não são mais reais, pois segundo os dados do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CentroPop), são feitos entre 35 a 55 novos cadastro por mês de adultos, que vivem nesta situação.

Meu interesse em discutir essa temática, no trabalho de conclusão de curso, surgiu das inquietações com as precárias condições de vida das pessoas em situação de rua, com propostas ineficientes para o enfrentamento dos problemas, com políticas públicas que não se concretizam e que não levam em conta toda vulnerabilidade desses cidadãos que trazem consigo uma história de rupturas e insucessos.

Outro fator motivacional é porque sou membro em formação da Comunidade Católica Shalom, que foi fundada com o objetivo de evangelizar aqueles que estivessem distantes de Deus, especialmente os jovens. Dentro da comunidade, existe um setor de promoção da dignidade humana que desenvolve inúmeros trabalhos sociais como: “Projeto Volta Israel” que atua no combate ao uso abusivo de drogas em vários estados do Brasil; “José do Egito” que acolhe e evangeliza crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; “Mãe das dores” que presta assistência humana e espiritual a pessoa em situação de enfermidade, privação de liberdade e abandono institucional; “Jesus meu abrigo” que presta assistência a pessoas em situação de rua em albergues e abrigos em várias regiões do País e em Haifa em Israel. Dentre os projetos desenvolvido está o Albergue São Francisco, que é uma instituição que acolhe temporariamente, homens em situação de rua”. Sinto-me estimulada em pesquisar sobre esse tema, na expectativa de contribuir com estratégias para o enfrentamento destas questões, pela conquista de autonomia.

É de fundamental importância compreender as trajetórias de vida desses indivíduos, pois, o que se percebe é que as implantações de ações são de forma geral, levando esses cidadãos a sofrerem um processo de debilitação física e mental, chegando muitas vezes a afetar a saúde, por causa da má alimentação e vulnerabilidade a tudo, inclusive á violência.

Mas, realmente, o que leva essas pessoas a chegarem a esse ponto: a desigual distribuição de bens sociais, a discriminação, o desrespeito às diferenças, as incertezas, a involução de valores, o desemprego, a falta de projetos, a quebra dos vínculos familiares ou o uso de álcool e drogas? O trabalho teve como pergunta de partida: Como se dão as trajetórias de vida das pessoas em situação de rua que estão temporariamente no Albergue São Francisco?

O objetivo desse trabalho é analisar as trajetórias de vida das pessoas em situação de rua que estão temporariamente no Albergue São Francisco, o que se faz acompanhado dos seguintes objetivos específicos: compreender como se dá o processo de exclusão social desses sujeitos; verificar como esses sujeitos se percebem na sociedade; e identificar as políticas públicas existentes para esse público.

O olhar atento sobre a realidade desse público permite sinalizar que as pessoas que vivem em situação de rua sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos, utilizando-se de diferentes estratégias para sobreviver. Propor políticas públicas nessa área requer identificar algumas dessas estratégias. A sociedade impõe modos de vida antagônicos a essa parcela da população que, embora excluídos, integram um contexto social. Com isso, foi

analisado como a situação de pobreza pode afetar diretamente esses cidadãos ao ponto de gerar uma exclusão social.

Apesar da importância do tema, os discursos parecem não dar prioridade, mesmo do governo e dos defensores dos direitos humanos, o que demonstra o reflexo da invisibilidade da grande parte da sociedade civil para com essa população. Podemos constatar que existem também poucos trabalhos desenvolvidos com esse público, também é outro aspecto que precisa ser modificado, pois é necessário desmistificar a imagem de “vadio”, ‘perigoso’ e “preguiçoso” que foi construída sobre essas pessoas.

A sociedade parece que se tornou insensível à dor do outro, é como se fosse algo “natural”, “normal”, onde sabemos que o Governo tem responsabilidade para com esses cidadãos. Possuir uma moradia, um lugar para fazer asseio, dormir e viver é o mínimo que pode ser garantido a esses seres humanos.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Artigo 5º, a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No artigo 6º, lê-se que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Na sociedade capitalista, onde os cidadãos se sentem pressionados a consumir, é desafiador abordar a temática das pessoas em situação de rua. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) reconhece as pessoas em situação de rua, quando enfatiza em seus princípios que busca “Respeitar à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.” Assim, o SUAS articula os esforços e recursos dos três níveis do governo para execução e financiamento dessas políticas.

No único parágrafo do Artigo 23, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), diz que deverão ser criados programas específicos para as pessoas em situação de rua. O que percebemos é que hoje existem poucas pesquisas e estudos sobre essa temática, para que se ofereçam políticas públicas para inclusão, embora a “Portaria nº 381, de 12 de dezembro de 2006 do MDS, visa serviço de acolhimento para esse público, destina verba federal para municípios com mais de 30.000 habitantes, e que tenha pessoas em situação de rua”.

As políticas públicas criadas pelo governo, como esses programas, são focalizadas atendendo apenas parte da população, que vive em situação de extrema pobreza, enquanto o restante continua vivenciando as mazelas da desigualdade social. É necessário frisar que de acordo com o Artigo I, da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todas as pessoas

nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.”

Enfim, parece que estamos insensíveis a sua presença, e negligenciamos às vezes até de forma involuntária essa situação. Dessa forma, Silva (2006, p. 95) relata:

[...] que o fenômeno população em situação de rua vinculasse à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo.

Para a sociedade, existe um padrão que molda o ser social onde é necessário ter família, casa e trabalho. Assim, a pessoa em situação de rua por não ter família, lar e um emprego formal, acaba sendo considerada como indigente “anormal” e diferente, podendo causar estranhamento e repulsa. A existência de indivíduos em situação de rua demonstra a profunda desigualdade social brasileira, a ‘rua’ é a marca da exclusão a que são submetidas.

Os vínculos sociais na nossa sociedade representam uma base de sustentação para muitos, seja no lado familiar ou no trabalho, ao mesmo tempo em que a falta desses laços tende a causar carências e uma conduta de fragilidade. “Nesse momento, esses indivíduos tendem a criar novas formas de sociabilidade e, conseqüentemente, novos vínculos sociais são estabelecidos, dentre eles aqueles que são criados nas instituições como na própria rua, embora sejam vínculos frágeis e transitórios.” (ARAÚJO, 2003, p.18).

A vida na rua deixa muitos danos, dentre eles sequelas no corpo (físicas), mas também psicológicas, pois, a luta pela sobrevivência leva esses indivíduos a mendigar, a consumir drogas e bebidas alcoólicas, muitas vezes como fuga da realidade. (ARAÚJO, 2003, p.22).

Se pararmos pra pensar quem não se deparou ou até já conversou, durante suas atividades corriqueiras com alguma pessoa em situação de rua? Contudo são inúmeras as reações das pessoas ao se encontrar com esses indivíduos: algumas pessoas levantam o vidro do carro ou passam a rua para não serem perturbadas ou não desejarem dar esmolas, outras sentem compaixão, mas os mesmos sempre são vistos como “perigosos,” “vagabundos” ou “preguiçosos” que estão nessa situação por não desejarem trabalhar.

A população em situação de rua vai contra o modo de produção capitalista onde se fala que todos têm a mesma oportunidade e embora a produção seja em massa observamos que a

apropriação dos bens é individual, ou seja, podemos constatar que a desigualdade e a exploração são uma marca neste modo de produção. Então se lança sobre esses indivíduos o sentimento de culpabilidade levando para eles a responsabilidade de sua condição.

O (a) assistente social, nas suas lutas, tenta efetivar direitos, informar, reivindicar demonstrando que a questão social precisa ser compreendida com um novo olhar, que as políticas públicas não são favores e sim direitos que precisam ser respeitados.

A metodologia aplicada teve uma proposta de caráter metodológico qualitativo, a pesquisa foi de tipo bibliográfica, documental e de campo; utilizei as técnicas de observação direta e a entrevista de forma semiestrutura seguindo um roteiro pré-estabelecido que direcionasse a responder os objetivos da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica teve como subsídios vários autores, dentre eles: Mariana Mendes (2007), Renuco Costa (2005), Maria Lucia (2009), Cleisa Rosa (2005) e Roberto Damata (1997) que abordam sobre a população em situação de rua. Para abordar temática da pobreza e exclusão social, embasei o estudo com: Robert Castel (1997), Anthony Giddens (1990), e Marilda Iamamoto (1999).

Finalizo esta introdução apresentando os capítulos da pesquisa: o primeiro capítulo apresentei todo o caminho que foi percorrido, através da metodologia da pesquisa, descrevendo o método, as técnicas, as modalidades, o cenário, os sujeitos e a análise da pesquisa.

O segundo capítulo, foram apresentadas as trajetórias de vida dos sujeitos da pesquisa, bem como busquei identificar as políticas públicas existentes para esse público tendo como referência o Estado e seu papel intervencionista, assim como a relação de alguns aspectos político-econômicos.

No terceiro capítulo, ocupando o lugar central deste trabalho, relatei sobre a população em situação de rua abordando as seguintes interrogações que direcionam as reflexões sobre o tema: Quais as principais características do fenômeno e da população em situação de rua? Em que situações histórico-estruturais esse fenômeno se origina? De que forma se reproduz? E como esses sujeitos se percebem na sociedade?

Discorri, no quarto capítulo, sobre a exclusão social, abordando a categoria pobreza, conseqüentemente, houve uma análise sobre a questão social e suas expressões concretas na sociedade contemporânea que se direcionou a partir dos questionamentos: Que conceitos ou noções explicam a questão social? Que características básicas marcaram o contexto histórico que a mesma surgiu? Por que o fenômeno população em situação de rua constitui uma

expressão radical da questão social na contemporaneidade? Para, assim, compreender o processo de exclusão social dessa população.

Finalizo com as considerações finais, abordando sobre a grande relevância que o tema tem na contemporaneidade, enfatizando a necessidades de pesquisas que levem a quantificar e conhecer esses sujeitos, com o objetivo de criar políticas públicas que sejam eficazes. Contudo, é necessário também que a sociedade civil, assim como o Estado, tenha um olhar diferenciado para essa população, que é estigmatizadas e excluídas, e hoje vive dessa forma em consequência do desenvolvimento tardio do País que naturalizou essa situação e ainda culpa-os por não responder às demandas do sistema capitalista que direciona todos nós.

2. CAPÍTULO I: DESCREVENDO OS PASSOS DA PESQUISA

Nesse contexto da luta pela sobrevivência é que indivíduos e famílias em situação de extrema pobreza expressam fortemente o cenário das ruas das cidades.

A industrialização junto com o desenvolvimento econômico e tecnológico têm alcançado quase toda a sociedade na contemporaneidade, gerando assim consequências negativas, e reproduzindo as desigualdades e a falta de garantias sociais para grande parcela da população. “Neste início de século, constata-se que a desigual distribuição de bens sociais, a discriminação, o desrespeito às diferenças, a incerteza e a involução de valores não são anomalias, mas constitutivas do pensamento globalizado e do processo econômico em curso” (COSTA; RENUCO, 2005, p. 12).

O presente trabalho busca abordar especialmente três categorias: pessoas em situação de rua; exclusão social e políticas públicas, tentando descrever as trajetórias de vida dessa população, gerando reflexões sobre as temáticas expostas, tanto para compreensão desse fenômeno como para a definição de estratégias para seu enfrentamento.

Neste capítulo será apresentada toda a metodologia utilizada no projeto, onde o item 2.1 fala sobre o método qualitativo; o 2.2 aborda as modalidades da pesquisa: bibliográfica, de campo e documental; o 2.3 caracteriza o cenário da pesquisa, seu histórico, parcerias, estrutura física e projetos e os sujeitos da pesquisa, seu perfil, sexo e idade; o 2.4 discorre sobre as técnicas e os instrumentais da pesquisa como: a observação direta e não participativa, a entrevista, o roteiro e a técnica história de vida; o 2.5 relata a importância da análise dos dados para o projeto de pesquisa. e o 2.6 relata a questão ética de fundamental importância como sigilo, anonimato e função social da pesquisa

2.1 O Método como Caminho do Conhecimento Científico

Ao observar a execução científica, podemos constatar a aplicação de vários procedimentos de observação, experimentação como: coleta de dados, registro de fatos, de entrevistas e depoimentos. “Mas todo esse sofisticado artesanal de técnicas não é usado aleatoriamente , ao contrário, ele segue um cuidadoso plano de utilização, ou seja, ele cumpre um roteiro preciso, ele se dá em função de um método.”(SEVERINO, 2007, p. 24)

Na verdade a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teórica da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade. Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrinsecamente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. (MINAYO, 2007, p. 15)

Na tentativa de atingir os objetivos da pesquisa, a metodologia aplicada seguiu a percepção de Minayo (2003, p.14) que define que: “[...] a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).”

Todo o caminho que será percorrido no decorrer da construção desse trabalho terá uma ligação direta com os instrumentais utilizados, assim como a percepção sobre a realidade externa, tendo em vista que o pesquisador participa ativamente do processo de desenvolvimento.

Esta pesquisa teve uma proposta de caráter metodológico qualitativo, compreendida no dizer de Neves (1996, p. 20) como:

Um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distancia entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.

A pesquisa qualitativa agrega a questão do significado e da intencionalidade como características aos atos, às relações e às estruturas sociais, tanto no seu surgimento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas (BARDIN, 1977).

A escolha da pesquisa qualitativa se deu pela necessidade de descrever, a partir do estudo sobre a população em situação de rua, os processos de exclusão social e as políticas públicas específicas para esse público de forma que não poderia ser posta em uma abordagem quantitativa. A aplicação se dará de acordo com a pesquisa que está sendo usada, pois, é necessário que se sustente e justifique os objetivos, diferenciando um trabalho científico (acadêmico) do senso comum.

Assim, segundo Turato et al. (2008), a abordagem qualitativa aplica-se ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os seres humanos fazem de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ele se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado.” (MINAYO, 2007, p. 21)

Essa forma de abordagem, além de permitir aplicar em processos sociais ainda pouco conhecidos, propicia a criação de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Desta forma, a pesquisa qualitativa proporciona um modelo de entendimento profundo de ligações entre elementos, direcionado à compreensão da

manifestação do objeto de estudo (MINAYO, 2007). É caracterizado pela empiria e pela sistematização progressiva do conhecimento até a compreensão lógica interna do grupo ou do processo estudado (TURATO, 2003).

A finalidade das Ciências Sociais é principalmente qualitativa, pois observa a realidade social, seja na vida da coletividade ou do indivíduo, essa realidade é rica de informações. Portanto,

[...]os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social. As ciências sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade da existência dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, elas abordam o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados. (MINAYO, 2007, p. 14)

A pesquisa qualitativa foi escolhida para tentar compreender de forma clara os objetivos desse trabalho, principalmente quando tentarei descrever sobre as trajetórias de vida desses sujeitos, quantificar não seria eficaz, para pontuar determinados aspectos de suas vidas.

2.2 Modalidades da Pesquisa

A pesquisa bibliográfica favorecerá no acesso às informações históricas e científicas da realidade estudada, sendo fonte para argumentos mais amplos e sólidos, como nos diz Gil (2008, p. 50) que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. [...]. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.

A pesquisa bibliográfica se concretiza a partir de pesquisas anteriores sobre o tema, em diferentes formas como, por exemplo, livros e artigos. Utilizaremos alguns estudiosos para embasar a pesquisa como: José Paulo Netto (2010), Marilda Iamamoto (1999), Robert Catel (1997), Ivanete Boschetti (2011), Maria Lucia Lopes da Silva (2009), dentre outros.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tomada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI ; LAKATOS, 2010, p. 166)

Martinelli (1999) fala que o objetivo da pesquisa é trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado e não é só a visão de pesquisador que é importante, mas também o que o sujeito tem a dizer em relação ao problema.

A bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizam suficientemente” e tem por objetivo permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (Trujillo, 1974:230). Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. (MARCONI ; LAKATOS, 2010, p. 166)

A pesquisa bibliográfica será embasada sobre os estudos de alguns autores, que além de estudar a população em situação de rua, buscam pontuar a importância/responsabilidade da família nesse processo, que relatam os motivos que levaram esses sujeitos a estarem nessa situação, que descrevem que os espaços públicos são lugares para todos e que esses mesmos lugares não é ambiente para morar.

A pesquisa de campo também será utilizada e ajudará a entender a história do sujeito ou grupos, nas suas relações, representações, crenças, opiniões, enfim, o que estiver relacionado para buscar identificar as transformações ocorridas na sua vida.

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. É claro que a riqueza desta etapa vai depender da qualidade da fase exploratória. (MINAYO, 2007, p. 61)

O pesquisador precisa ser prático e interessado; essas são características importantes, pois faz com que ele confronte suas teorias com a realidade em estudo. Assim,

o pesquisador não deve ser um formalista que se apegue a letra do seu projeto e nem um empirista para quem a realidade é o que ele vê, “a olho nu”, ou seja, sem o auxílio de contextualidade e de conceitos. Nem um nem outro, sozinho, contém a verdade. [...] é possível recomendar que sempre que sempre exercitemos um olhar dinâmico e atento que passe da confrontação da proposta cientificamente formulada para as descobertas empírica e vice – versa.[...].(MINAYO, 2007, p. 62)

O campo onde se realizará a pesquisa “in loco” será no Albergue São Francisco, localizado na Rua Conselheiro Tristão, 138, Centro de Fortaleza, que tem como objetivo acolher pessoas em situação de rua, na tentativa de ajudá-los espiritualmente e economicamente e inseri-los novamente na comunidade. Será utilizada também a pesquisa documental, sejam eles documentos impressos como jornais, fotos ou gravações e filmes. “Nesse caso, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são

ainda matéria – prima, a partir da qual será desenvolvida uma análise.”(SEVERINO, 2007, p. 55)

“Pela sua importância o trabalho de campo deve ser realizado a partir de referenciais teóricos e também de aspectos operacionais. Isto é, não se pode pensar num trabalho de campo neutro. A forma de realiza-lo revela as preocupações científicas dos pesquisado.” (MINAYO, 2007, p. 63) Não existe trabalho neutro, pois sempre o pesquisador terá uma influência direta na sua pesquisa, desde o início com a escolha do tema, até a conclusão do trabalho.

Em resumo, o trabalho de campo é em si um momento relacional, específico e prático: ele vai e volta tendo como referencia o mundo da vida, tendo em vista que a maioria das perguntas feitas em pesquisa social surge desse universo: da política, da economia, das relações, do funcionamento das instituições, de determinados problemas atinentes a segmentos sociais, da cultura geral ou local, e outros. No entanto, as perguntas que fazemos sempre nos remetem a algo desconhecido, ao que permanece oculto para nós, ao que nos é estranho na linguagem, na cultura, nas relações ou nas estruturas. (MINAYO, 2007, p.76)

2.3 O Cenário da Pesquisa

Conforme evidenciado, o campo da pesquisa se deu no Albergue São Francisco parte integrante da Comunidade Católica Shalom, foi fundado no dia 09 de julho de 1982, por Moysés Louro de Azevedo Filho. Naquela época, com 20 anos, foi escolhido pelo arcebispo de Fortaleza (Dom Aloísio Lorscheider) para entregar um presente ao Papa João Paulo II que visitaria o Brasil. Nesta ocasião, Moysés entregou uma carta na qual se colocava a disposição de Deus e da Igreja na evangelização dos jovens. (Segundo a página da Comunidade Shalom, 2015)

Exatamente dois anos após o encontro com o pontífice, é inaugurado o primeiro Centro Católico de Evangelização Shalom, uma lanchonete e uma livraria, cuja missão é anunciar o amor de Deus, as pessoas que ali chegam para lanchar, buscar aconselhamento, ajuda ou consolo.

Hoje, a Comunidade Shalom possui centros distribuídos em quase todo território nacional e internacionalmente em mais de 20 países. Dentre os trabalhos existentes, o Shalom desenvolve projetos para promoção da dignidade humana e de resgate à valorização da vida, atuando no Brasil, em Israel e Madagascar.

Os projetos da promoção humana são: Projeto Volta Israel, que atua no combate ao uso abusivo de drogas, através da evangelização, prevenção e tratamento da dependência química; Projeto José do Egito, acolhe e evangeliza crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; Projeto Mãe das Dores, que presta assistência humana e espiritual à pessoa em situação de enfermidade, privação de liberdade e abandono institucional (visita a

hospitais, instituição de acolhimento, leprosários e presídios), e, por fim, Projeto Jesus Meu Abrigo, que presta assistência a pessoas em situação de rua.

O Projeto Jesus Meu Abrigo desenvolve suas atividades em: Aracaju (SE), Juazeiro do Norte (CE), Teresina (PI), João Pessoa (PB), Fortaleza (CE). A comunidade administra abrigo para idosos no Rio de Janeiro, em Haífa e em Israel.

Em Fortaleza, o projeto nasceu no coração da Igreja, quando no início do ano de 2000, o Arcebispo de Fortaleza, Dom José Antônio, compadecido com a situação das pessoas em situação de rua que se encontravam nos arredores da Catedral Metropolitana, solicitou à Comunidade Shalom, um trabalho com essas pessoas. No dia 10 de Julho de 2000, foi inaugurado o Albergue São Francisco, que funciona na Rua Conselheiro Tristão, 138 - Centro. Seu objetivo inicial era o acolhimento noturno da população de rua da cidade.

Por volta de 2005, o Albergue ganhou nova missão: passou a acolher jovens que saíam de casa em razão de conflitos familiares gerados pela dependência química. Uma parcela dos usuários, sentindo grande dificuldade de passar o dia na rua, solicitou a implementação de medidas que os auxiliassem na luta contra essa dependência. Dentre essas medidas, havia a possibilidade de que os albergados passassem todo o dia na instituição, e não apenas o período noturno.

O projeto enviado à Prefeitura foi aprovado, criando-se um convênio com a Secretaria Municipal da Assistência Social (SEMAS), então 20 Albergados passaram a ficar tempo integral no Albergue. Com os recursos recolhidos através dessa parceria, foram implantadas duas oficinas, sendo uma de bolos e salgados populares e outra de fabricação de vassouras e rodos, as quais funcionam até hoje. Paralelamente às atividades profissionalizantes, passaram a serem oferecidas as seguintes ações sócio-educativas: grupo de autoajuda, pastoral da sobriedade, atendimento com Assistente Social e Psicóloga e acompanhamento espiritual.

Todavia, em 2008, em razão do término do convênio, o Albergue entrou em situação de crise financeira que até hoje perdura. Sem o convênio, deixaram de ser repassados os recursos necessários ao oferecimento e à continuidade das ações sócio-educativas. As oficinas de vassouras e de bolos permanecem, porém, estão impossibilitadas de atender a totalidade de sua demanda.

O Albergue não recebe ajuda financeira do governo, a manutenção da instituição é feita por doações e da venda das vassouras e dos bolos. Por conta desta dificuldade hoje não se atende todas as pessoas que procuram a instituição para pedir ajuda. O objetivo da instituição é acolher a população do sexo masculino, maiores de 18 anos e capacitá-los para

sua reinserção no mercado de trabalho formal e/ou informal, também buscando reatar os laços familiares, possibilitando o retorno do assistido ao convívio familiar.

A maioria dessas pessoas não tem oportunidade de emprego, “ o fenômeno população em situação de rua é uma expressão das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital / trabalho.” (SILVA, 2009, p. 52) A fabricação de vassoura/rodos, assim como as oficinas de bolos e salgados é uma maneira de capacitá-los, na tentativa de ingressá-los no mercado de trabalho.

[...] Na cena, contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exercito industrial de reservas e, desta forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza, nesse contexto, cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa[...] (SILVA, 2009, p. 27)

A instituição tem parceria com diversos órgãos que encaminham esses sujeitos como: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CentroPop), Centro de Saúde Paulo Marcelo, Hospital São José, Santa Casa de Misericórdia, entre outros. Ao chegarem na casa, é feito uma entrevista, como forma de triagem, para conhecer o perfil do usuário, como para entender suas reais necessidades. O encaminhamento é feito de acordo com a necessidade específica, seja ela: doença, dependência química, falta de documento.

O quadro de profissionais hoje é formado por 04 educadores, sendo 02 diurno e 02 noturno, 01 cozinheiro e 01 serviços gerais. A instituição anteriormente funcionava com um quadro maior, contudo hoje, as condições financeiras não permitem.

A estrutura física da casa é bem conservada, possuem 02 quartos grandes com beliches, armários; 03 banheiros para uso dos moradores, e outro para visitantes; 02 cozinhas (01 para refeição e outra para fabricação dos bolos); refeitório, escritório, 01 capela, biblioteca, auditório, espaço da fabricação de vassouras, recepção, sala de informática.

Dentre os projetos desenvolvidos, além da fabricação de bolos e vassouras, duas vezes por mês é feito a distribuição do sopão na praça do Ferreira, para outras pessoas que vivem em situação de rua.

Os sujeitos da pesquisa foram as pessoas em situação de rua que vivem temporariamente no Albergue, além de a instituição só receber homens a partir dos 18 anos, os sujeitos da pesquisa também obedecerão a outros critérios: horários de chegada na casa, permissão para sair, são convidados a participarem dos momentos de oração e da fabricação de vassouras e bolos.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram, portanto, os moradores do Albergue. Em termos gerais, a quantidade de albergados é em média de 50 pessoas, onde foi analisado, pessoas em diferentes perfis, dentre eles estavam: quem está no albergue há mais tempo, alguns que já passaram anteriormente pela instituição, e outros que chegaram há poucos dias, no intuito de entender o processo e a importância da instituição para os mesmos.

A amostra deveria basear-se em cerca de 10%, que corresponde a 5 sujeitos do total do universo dos moradores, contudo 6 participaram da entrevista, contribuindo assim para o acréscimo de dados para o estudo. Segue um perfil mínimo com algumas informações dos entrevistados, que participaram da pesquisa:

Sujeito 1 – Mateus, tem 58 anos, casado, tem dois filhos, estudou até a quarta série, trabalhou 22 anos de carteira assinada, está há 6 anos no Albergue se recuperando da dependência química.

Sujeito 2 – Marcos, tem 36 anos, está em Fortaleza desde os 8 anos e ficou na rua até completar 17. Tem 4 filhos, está há um mês no Albergue em recuperação da drogadição.

Sujeito 3 – André, tem 58 anos, nasceu em Canindé, solteiro, não tem filhos, estudou até a primeira série do ensino fundamental, está no Albergue porque não tem onde morar.

Sujeito 4 – Felipe, tem 36 anos, solteiro, tem dois filhos, concluiu o ensino médio, já passou 6 vezes pelo Albergue, nesta última está há um mês e hoje se recupera do alcoolismo e da drogadição.

Sujeito 5 – Saulo, tem 34 anos, solteiro, não tem filhos, cursou até o segundo ano do ensino médio, está no albergue há quase três meses, porque não tem onde morar, em recuperação do alcoolismo.

Sujeito 6 – Daniel, tem 43 anos, solteiro, tem uma filha, não concluiu o ensino fundamental, essa é sua segunda passagem pelo Albergue, que está há 5 meses em recuperação das drogas.

O perfil dos entrevistados foi colocado aqui de forma muito reduzida, pois suas histórias serão relatadas de forma mais detalhada no início do capítulo 2 deste trabalho.

2.4 Técnicas e Instrumentos da Pesquisa

As técnicas utilizadas foram: a observação direta e não participativa, ou seja, a pesquisadora não se integrou de modo direto com os participantes no momento em que realizou a investigação. “A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir

informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.” (MARCONI ; LAKATOS, 2010, p. 173). Além disso,

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social. (MARCONI ; LAKATOS, 2010, p. 174)

Durante o processo de investigação, foi possível utilizar, além da entrevista, a técnica de observação como importante meio de coleta de dados realizada de forma simples e direta, possibilitando complementar as informações, uma vez que alguns aspectos da realidade apresentada ficam evidenciados nas atitudes dos sujeitos no momento da entrevista. Na observação não participante, “o pesquisador presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado, O procedimento tem caráter sistemático.” (MARCONI ; LAKATOS, 2010, p. 176)

A entrevista permite registrar além de dados, as observações, como o comportamento e as atitudes, daí a vantagem sobre o questionário.

Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo. (MINAYO, 2007, p. 64)

A entrevista é uma conversa orientada para um objetivo, de recolher dados para a pesquisa, tornando-se uma técnica a qual ajuda constantemente os pesquisadores em Ciências Sociais e Humanas. Os estudiosos recorrem às entrevistas quando têm a necessidade de obter informações que não podem ser encontrados em registro e fontes documentais e podem ser fornecidas por determinadas pessoas. (SILVA, 2007)

Segundo Barros & Lehfeld (2000, p. 58),” A entrevista semiestruturada estabelece uma conversa amigável com o entrevistado, busca levantar dados que possam ser utilizados em análise qualitativa, se selecionado os aspectos mais relevantes de um problema de pesquisa.”

O entrevistado deve ser informado previamente sobre o motivo da entrevista e da sua escolha, é importante que o mesmo também tenha confiança no entrevistador, convém ouvir mais que falar, dando tempo para que o sujeito discorra satisfatoriamente sobre o assunto. Não se pode confiar apenas na memória, por isso é necessário um roteiro, assim como a

gravação das entrevistas, com autorização para que os dados fiquem registrados, objetivando garantir a autenticidade dos depoimentos representados pela fala dos entrevistados e transcritas conforme seu consentimento.

O roteiro de entrevista e o gravador de voz foram os instrumentos que apoiaram a técnica de entrevista. No processo investigativo,

mesmo partindo de posições sociais diferentes e assimétricas, ambos buscamos a compreensão mútua que nos permita transcender ao senso comum. No entanto, o pesquisador nunca deve buscar ser reconhecido como um igual. O próprio entrevistado espera dele uma diferenciação, uma delimitação do próprio espaço, embora sem pedantismos, segredos e mistérios. A sua função social lhe pede uma colaboração específica que não é e não pode ser a mera repetição do que observou e do que ouviu nas entrevistas. O pesquisador em qualquer hipótese tem ônus da compreensão contextualizada e da interpretação. (MINAYO, 2007, p. 75)

Foi utilizada a técnica história de vida, onde foram registradas informações da vida pessoal do público entrevistado, construindo uma autobiografia refazendo as trajetórias pessoais desses sujeitos percebendo os motivos que os levaram a estar no Albergue, quais as políticas públicas que hoje eles são assistidos e suas perspectivas para o futuro.

Historia da vida é uma técnica de pesquisa social utilizada pelos antropólogos, sociólogos, psicólogos educadores e outros estudiosos, como fonte de formação para seus trabalhos. Alguns autores designam essas informações de “documentos íntimos”, “documentos pessoais” ou “documentos humanos”. (MARCONI ; LAKATOS, 2010, p. 123)

Essa técnica tenta buscar momentos importantes na vida do sujeito, para que se possa encontrar o objetivo pesquisado. Para esse momento, é necessário que exista um ambiente adequado para que o entrevistado se sinta livre para se expressar. A história de vida é muito importante, porque o entrevistado consegue, através dela, descobrir como o sujeito se sente e quais suas concepções em relação a si, aos outros e à sociedade.

A pessoa de quem se obtém os dados, que tanto pode ser um participante como um observador do fenômeno social, relata sua própria historia. O investigador, por meio de uma serie de entrevistas, procura fazer a reconstituição global da vida desse individuo, tentando evidenciar aqueles aspectos em que está mais interessado. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 123)

A pesquisa, por meio da técnica história de vida permite ao entrevistador um controle maior sobre a situação, motivando e estimulando os sujeitos, fazendo surgir novas questões relacionadas aos costumes, valores, conceitos e ações também relacionadas ao passado, mas visando conseguir respostas claras e precisas.

Geralmente, essas entrevistas podem ser direcionadas por um roteiro, com algumas perguntas abertas que facilitem a conversação entre entrevistado e entrevistador.

2.5 Análise dos Dados Coletados

A análise de dados é o modo que buscamos mais clareza do objetivo da nossa pesquisa, sem sair do foco, confirmando ou não as abordagens dessa pesquisa e ampliando a compreensão do contexto para além do que se mostra as aparências do fenômeno. Comprendemos que os sujeitos da pesquisa se pronunciam diante de sua fala, interagindo e participando com o pesquisador, sendo o elo que interliga toda a pesquisa e o campo de especificidade torna-se o cenário para que se possa fazer de fato toda a análise social do espaço, envolvendo todos os sujeitos.

Os procedimentos de análise dizem respeito às formas de organização dos dados e os passos empreendidos para a produção de inferências explicativas ou de descrição. Esses procedimentos devem ser descritos minuciosamente, deixando transparente o processo de interpretação que será adotado pelo pesquisador. (MINAYO, 2007, p. 49)

A pesquisa, em especial a descritiva, precisa ter um planejamento se quiser oferecer resultados úteis, e a coleta de dados é um das atividades desse processo. A coleta de dados buscando concentrar todas as informações apuradas, resultante do método e das estratégias utilizadas, assim como as informações repassadas pelos sujeitos, tentando responder os objetivos da pesquisa. Assim,

A coleta de dados envolve diversos passos, como a determinação da população a ser estudada, a elaboração do instrumento de coleta, a programação da coleta e também o tipo de dados e de coleta. Há diversas formas de coleta de dados, todas com suas vantagens e desvantagens, na decisão do uso de uma forma ou de outra, o pesquisador levava em conta a que menos desvantagens oferecer, respeitando os objetivos da pesquisa (SILVA, 2007, p. 50)

Outro fator importante é a relação entre hermenêutica e dialética:

“Segundo Bleicher(1980), a hermenêutica – expressão associada a Hermes que transmitia as mensagens dos deuses aos mortais – pode ser vista como “ teoria ou filosofia da interpretação do sentido”(p.13). Já GAdamer (192) a define como “ arte de compreender textos” (p. 262). Com base no pensamento desse autor, Minayo(2002) observa que o ato de compreender caminha na direção de interpretar e estabelecer relações para chegar a conclusões. Arrematando o seu pensamento, a mencionada autora considera que a hermenêutica - caminha entre aquilo que é familiar e o que é estranho – busca” esclarecer as condições sob as quais surge a fala”(MINAYO, 2007, p. 99)

É necessário compreender os significados, mas também ter uma visão crítica, essa articulação nos faz ter uma interpretação consensual do objeto de pesquisa. A hermenêutica nos leva a esse processo de decifrar, não apenas concentrando os objetivos no senso comum, mas indo além, interpretando os discursos dos autores, estabelecendo uma ligação entre ambos. Para Engels (apud POLIESTER, 1979, p. 214),

a dialética é a “grande ideia fundamental segundo a qual o mundo não deve ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos em que as coisas, na aparência estáveis, do mesmo modo que os seus reflexos intelectuais no nosso cérebro, as ideias, passam por uma mudança ininterruptas de devir e decadência, em que, finalmente, apesar de todos os insucessos aparentes e retrocessos momentâneos, um desenvolvimento progressivo acaba por se fazer hoje”.(MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 83)

A dialética nos mostra que as coisas não são fixas, nada é acabado, tudo pode ser transformado, os processos vão acabando e imediatamente dando início a outros. Contudo nada acontece separadamente, tudo está ligado entre si. Ainda segundo Engels (apud POLIESTER, 1979, p. 202)

“para a dialética não há nada de definitivo, de absoluto, de sagrado; apresenta a caducidade de todas as coisas e em todas as coisas e, para ela, nada existe além do processo ininterrupto do devir e do transitório”. Nada é sagrado significa que nada é imutável, que nada escapa ao movimento, à mudança. Devir expressa que tudo tem uma “história”.(MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 85)

2.6 Questões Éticas da Pesquisa

As informações colhidas no decorrer desse trabalho, foram utilizadas apenas para a pesquisa, em nenhum momento foram expostos os nomes reais dos sujeitos. É imprescindível o anonimato bem como o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B). “O projeto de pesquisa deve ter a preocupação de não causar malefícios aos sujeitos envolvidos no estudo, preservando sua autonomia em particular ou não do estudo e garantindo seu anonimato.” (MINAYO, 2010, p. 55)

É necessário que o pesquisador fale sobre o trabalho para o entrevistado, enfatizando que seu depoimento contribuirá para a pesquisa como um todo: para o mesmo, a instituição e a comunidade. É importante explicar o papel da instituição nessa pesquisa, pois a mesma incentiva esse estudo.

A linguagem foi feita de forma simples, para que os sujeitos não se sentissem constrangidos, como também foi explicado qual o critério que foi utilizado e como eles se enquadram nesse perfil. O registro fidedigno, “ao pé da letra”, teve uma grande importância para compreensão das falas, contudo, o anonimato foi mantido para não colocar em risco a pessoa e sua reputação. “[...] É obvio que tudo deve ser mantido no anonimato, pois um pesquisador social não é um repórter e não precisa identificar seu informante diretamente e, sim, a partir de atributos gerais que designem seu lugar social.” (MINAYO, 2010, p. 69)

Também informei aos sujeitos que, posteriormente à apresentação da pesquisa haverá um retorno à instituição para repassar os resultados da pesquisa e quais os benefícios a mesma poderá gerar a eles e à sociedade.

Está pesquisa também busca apresentar à sociedade o perfil das pessoas em situação de rua, como esses sujeitos se percebem e quais as políticas públicas existentes para esse segmento. A mesma segue como base para futuros estudos e pesquisa sobre o tema.

3. CAPÍTULO II: AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS SUJEITOS DA PESQUISA E UM BREVE RELATO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EXISTENTES PARA ESSE PÚBLICO

Neste capítulo será descrita a pesquisa de campo, bem como as trajetórias de vida dos sujeitos da pesquisa e as políticas públicas existentes para esse público.

A visita à instituição foi agendada com antecedência, se concretizando em uma quinta-feira bastante movimentada, pois os moradores estavam fazendo algumas mudanças em virtude de um desabamento do telhado da cozinha onde são feitos os bolos, alguns dias antes.

O quantitativo dos participantes da entrevista deveria ser inicialmente, 10% do total de moradores, que corresponderia a cinco sujeitos, contudo seis pessoas participaram da pesquisa, o que nos possibilita colher mais dados para responder nossos objetivos.

Os perfis foram diversificados, tentei entrevistar pessoas que estavam na instituição há algum tempo, bem como os que haviam chegado agora, para fazer um comparativo entre seus anseios, desejos, medos e expectativas. Outro ponto relevante foi incluir nessa pesquisa, sujeitos que já estiveram no Albergue antes, onde tentei identificar a importância da instituição para eles.

A pesquisa de campo tem um papel fundamental, para acrescentar informações na pesquisa, bem como a visita à instituição nos leva a entrar no universo dos sujeitos e entender um pouco os desafios que os mesmo enfrentam cotidianamente.

3.1 Os sujeitos da pesquisa: um pouco de suas trajetórias de vida

1- Mateus tem 58 anos, nasceu no Maranhão, chegou em Fortaleza com sete anos de idade, juntamente com os pais que vieram atrás de um emprego, tentando melhorar de vida, como eram lavradores não se acostumaram com a capital e voltaram, ele então permaneceu aqui com seu irmão mais velho que na época tinha 21 anos. Posteriormente, seu irmão casou, continua morando em Fortaleza e vive bem, Mateus também casou, teve dois filhos, trabalhou em diversas empresas: Colégio Cearense por 8 anos, passou 6 anos no Centro de Saúde do Pirambu e 8 anos na J. Macedo. Todos os seus empregos foram de carteira assinada na função de zelador.

Em relatos, disse que sempre teve oportunidade de crescimento em todas as empresas, contudo a falta de informação e estudo, sempre o impedia. “é a gente passa o dia trabalhando, serviço pesado, chega em casa de noite morto, tem que descansar, ou trabalha ou não sustenta a família, né?!” A sua esposa e seus dois filhos estão frequentemente (sábado, domingo e feriados) no albergue, seus filhos, hoje já crescidos e trabalham.

Anteriormente, ele recebia o bolsa família, hoje ele contribui de forma autônoma na previdência e está tentando se aposentar. O mesmo está há quase 6 anos no albergue, é o mais antigo da casa, está na instituição em consequência do alcoolismo, a família deseja que ele volte para casa, contudo ele não quer, disse que já fez sua família sofrer muito, chegando toda noite tarde e bêbado na sua residência. Hoje ele diz que está livre, que não bebe mais e não fez nenhum tratamento, apenas se apegou a Deus.

O mesmo disse que sabe que essa situação é consequência de suas escolhas, ele não tem passagem pela polícia, demonstra ser uma pessoa calma, comunicativa, estava sóbrio. Hoje eles são atendidos na UPA (Unidade de Pronto Atendimento) que fica próximo a casa em caso emergência, mas mensalmente é feito uma visita de médicos e psicólogos na instituição.

A instituição é considerada muito boa para ele, ele disse que está lá não porque ele não tem coragem pra trabalhar, mas porque anteriormente ele era muito solto, ganhava o dinheiro e fazia o que queria então ele se achava muito livre, para ir às festas, e isso atrapalhava porque ele não tem controle sobre si mesmo. O mesmo passa o dia na instituição ajudando nas atividades da casa (fabricação de bolos, vassouras e biscoitos), até as 16hs, como o mesmo gostaria de ter uma renda extra, a partir desse horário até às 22hs ele fabrica vassouras para uma empresa. O mesmo conclui a entrevista dizendo que gosta de participar dos momentos de orações que tem diariamente no albergue e hoje criou um vínculo afetivo com todos que estão no local.

2 – Marcos tem 36 anos, veio pra Fortaleza com oito anos, sozinho e desde então ficou na rua, teve um filho com uma namorada que até hoje só o viu uma vez, posteriormente em outro relacionamento, também teve uma menina que só a viu uma vez com setes meses, sobre os filhos ele relata: “não tenho contato com eles, nem a com as mães e nem faço questão, por mim, as mães podem ficar e fazer o que quiserem, se um dia desejarem vim atrás de mim, podem vim, até o momento não me procuraram, nem me colocaram na justiça, então é porque não precisam.”

Marcos vive com outra mulher com 17 anos, e teve mais dois filhos, sua família, assim como seus pais sempre lhe visitam. A sua relação com as drogas começou bem cedo, ainda no interior, ele consumia com seu irmão mais novo, no quintal da casa, o mesmo falou que há décadas ninguém ouvia falar tanto sobre drogadição, então seus pais não imaginavam.

Passou inverno, verão e chuva, de baixo de cobertas, se molhando, “rapaz o que não me falta é experiência eu tenho pra dar a quem não tem”, sobre a instituição ele disse que viver de baixo de um teto desses é bom demais, porque de dia na rua é bom, ruim é à noite, se você vacilar, “você boba”. “À noite todo mundo tá com sua porta fechada, à noite você sabe que só encontra o que não presta, aí você só não pratica se não quiser”. O mesmo continua relatando que se quisesse seria o maior marginal do mundo, ele é do tempo do Marina, da REFFER, onde naquelas áreas tudo era cabaré, prostituição, onde só tinha cheirador de cola, mesmo diante de tudo isso ele não se envolveu e até hoje o mesmo é convidado a fazer as paradas, “os seus amigos dizem: bora macho da R\$ 3.000,00 a gente divide, aí eu digo: vai na frente que eu chego já e pego o beco.”

Marcos disse que profissão é o que não falta, que ele mesmo tem umas vinte, a rua é o melhor mercado de trabalho, que você tem que ir pra rua, em casa não se consegue trabalho. Ele disse que as pessoas não trabalham porque não querem, porque se você sair e parar em qualquer lugar as pessoas lhe pagam R\$ 3,00 pra capinar, ou R\$ 2,00 para lavar um carro. Agora em Novembro, vai fazer dois anos que ele saiu de casa novamente, “minha mulher vem sempre aqui, ela é linda e maravilhosa, eu amo muito ela, ela vem, leva minhas roupas pra lavar, ela tem medo que eu saia daqui e desapareça, porque eu sou desmantelado, mas sempre volta pra ela.”

Sua chegada no Albergue foi consequência de sua internação no IJF, após uma briga na rua, quando recebeu alta, não tinha pra onde ir, e lhe levaram pra lá, ele chegou na instituição há um mês, ele considera o lugar bom, gosta das orações, só que as vezes, dá uma sensação que você não tem liberdade, como se fosse preso, ele também gostaria que tivesse mais visitas, porque geralmente a família só pode vim do domingo, e na instituição tem que cumprir as regras, durante o tempo em que está lá, ele está conseguindo se controlar, por vontade própria, porque quando ele diz que faz uma coisa, ele cumpre.

Sobre sua volta para casa, ele diz: “falta uma coisa, mas isso fica comigo mesmo”, relatou novamente o amor que sente por sua mulher, “ela é uma mulher direita, o homem conhece uma mulher direita, rapaz ela já me pegou um monte de vezes com outras, já me pegou nos cabaré, nos motéis, ela também gosta de mim porque sou um homem bom, porque se fosse um assassino ou andasse roubando por aí, ela não me queria.” Hoje eles não são

casados, porque a mulher recebe uma pensão do pai que faleceu, sobre seu futuro ele está esperando receber os sacramentos que acontecerá ainda esse ano e receber o PIS em Novembro onde planeja comprar algumas coisas:

eu vou pegar meu dinheiro, já tenho tudo planejado e comprar umas coisas, já fui ali ver quanto é uma kenner, hoje é R\$100,00, daqui pro final do ano, deve tá custando uns R\$120,00 ai eu compro, gosto de passar o Natal e o ano novo, com minha chinela e roupa nova, sim ai vou procurar um emprego, e depois que receber o primeiro salário volto.

Sobre a discriminação, ele disse que muita gente pensa que só porque o pessoal usa droga, vai roubar, e continua: “quem nunca pecou que atire a primeira pedra, a gente já nasce do pecado, como é que vamos julgar o povo? Eu nasci numa família onde os meus pais me deram tudo, a minha mãe nunca sai de casa, não coloca nem a cabeça do lado de fora, eu tenho mais dois irmãos, um fuma, mas vive normalmente, tem seu trabalho e tudo, o mais novo, o mais paporicado, vive no presídio, já tem tentativa de homicídio, tem assalto, tem estupro, latrocínio, quem tá acabando com o vei e a veia são eles.”

3- André, nasceu em Canindé, tem 58 anos e está aqui em Fortaleza há 40. O mesmo trabalhou como viajante, já foi pra serra grande, Sobral, Juazeiro e Itapipoca. Ele é solteiro e não tem filhos, estudou até a primeira série, veio do interior à procura de emprego, e acabou ficando morando com uma família em Mesejana, onde trabalhava como zelador e jardineiro, de carteira assinada. Voltou a Fortaleza há 5 meses, onde ficou na rua, em decorrência de uma queda foi hospitalizado e quando recebeu alta foi levado ao albergue, onde está há um mês.

O mesmo chegou sem nenhum documento, pois foi roubado, contudo já havia recebido a Carteira de identidade e de trabalho, na entrevista ele me falou que está tentando se aposentar, que o advogado iria dar a resposta sobre sua solicitação naquele dia. Sobre a instituição ele comentou: “rapaz aqui é bom, eu gosto, só não é melhor mode os vagabundos, ai tem muita gente esperta, malandra.” Continuou falando que perdeu os pais, que ele tem irmãos que são muito ruins, mas que nem sabe onde eles moram e que nem precisa procurar, porque ele trabalha, tem dinheiro e depois pensa em colocar uma banca, alugar um quarto e arrumar uma mulher pra conversar e bater as roupas dele.

4 - Felipe tem 38 anos, já esteve no albergue 6 vezes, em uma de suas passagens, ele frequentou um grupo de oração, que era conduzido por mim, então vê-lo aqui nessa situação, me deixou muito comovida, desta vez está há um mês, nasceu e se criou em Aquiraz, onde

morou por 22 anos. Seus pais continuam morando em Aquiraz, contudo André tem ensino médio completo, dois filhos que moram com a mãe que hoje vive com outro parceiro, atualmente ele não tem notícias dos meninos, pois toda vez que está fumando, não liga para a família, desta última vez perdeu até o número do telefone. Ele diz: “vou visitar, quando estiver melhor, já comprei roupa e levei lá, mas o relacionamento com a mãe deles é difícil, ficamos juntos cinco anos, mas ela sofreu muito comigo.”

Felipe ainda fala com a voz meio enrolada, abatido e apresentando sintomas de cansaço. Ele perdeu todos os documentos na rua, mas já começou a tirar novamente, não conhece o pai, mas a sua mãe ajuda muito, ela vem quinzenalmente lhe visitar, sobre isso ele fala:

ela tem responsabilidade da família dela, não pode ficar só me ajudando, já sofreu muito, ficou do meu lado todas as vezes que fui internado, daqui a pouco eu que vou ter que ajudar, cuidar dela, agora ela cobra muito, fala do passado, ela tem desconfiança, mas com razão porque várias vezes eu a decepcionei, mas todo mundo desconfia de mim, até aqui dentro.

Hoje é uma “luta diária”, ele usa drogas e bebe desde os 12 anos incentivado pelos amigos da rua, da escola, fez parte de gangue, torcida organizada, desde pequeno que sempre “apronta”, já teve várias passagens pela polícia, mas todas foram quando ainda era menor, ele conta o fato:

mas porque eu tive sorte e nunca fui pego, eu era o mais bonzinho da turma, não fez maldade, só roubava porque queria dinheiro só pra drogas, era acompanhado pelo conselho tutelar, porque fugia do colégio, minha mãe foi ameaçada de ser presa se eu continuasse, eles disseram que ela tinha que dar bom exemplo ou então ia responder. Mas fiz isso por causa da drogas, mas tive sorte de nunca ser preso, e não ter o nome sujo.

Felipe continua dizendo que estar na rua não é tão difícil pois a pessoa se acostuma, comida é fácil, e a dependência química ajuda a permanecer na rua, então eles não sentem motivação em mudar. A sua primeira passagem no albergue foi em 2006, ali ele teve todo acompanhamento, todo apoio, e passou mais de um ano, depois arranhou um emprego, trabalhou, estudou e acabou recaindo porque não soube usar seu dinheiro:

sou uma pessoa que não se controla, sou possessivo, quando começo não consigo parar e isso atrapalhou meu trabalho, porque faltava, chegava atrasado, trabalhei 3 meses, consegui uma casa aqui no centro na noite que eu sai quando cheguei na esquina, tinha um bar eu recai, bebi e usei drogas, aí começou tudo de novo, passei 6 meses trabalhando com muita chance que meu patrão me dá, porque ele sabia que eu era um dependente químico, as vezes quando eu chegava indisposto ele mandava eu ir pra casa, descansar, pra eu tá bem no outro dia, mas teve uma hora que não deu mais, ele teve que me dar uma carta de demissão e eu voltei pra rua, não tinha como se manter, aí depois de muito tempo eu voltei pra cá.

Ele tinha direito ao seguro desemprego, a coordenadora queria que ele se internasse, pagasse os três meses e o restante ela conseguiria com doações, então no dia de receber a primeira parcela ela mandou ele escolher, ou fazia o tratamento ou saíria da casa, e ele foi embora, recebeu o dinheiro das 03 parcelas, gastou e voltei pra vida de antes.

Durante todos esses anos, sempre ficou em Fortaleza, o mesmo disse que não tinha dificuldade de comer, isso porque as drogas também não deixam você comer, nunca andou de turma, sempre ficava só porque sua ambição era tão grande pela droga que não queria dividir com ninguém, tomava banho no estabelecimento da topic, isso quando dava vontade. Ele já esteve em casa de apoio da Prefeitura, e também já cumpriu medidas sócio educativas, ficando em instituições para adolescentes em conflito com a lei.

Felipe foi internado no Instituto José Frota (IJF) sem saber o motivo, passou quarenta dias lá, uma tarde levaram-no para o CentroPop onde recebeu um encaminhamento para casa de apoio mas não tinha vaga e solicitaram que voltasse na segunda, contudo a ambulância foi embora e ele ficou na rua onde começou a usar drogas e beber todo dia. Então um morador do albergue o viu e chamou para voltar.

eu sabia, que não tinha condição de ficar na rua, cheguei aqui com uma garrafa na roupa e uns 3 moradores daqui pediram pra mim deixar ficar, e não queriam porque já me deram muita chance. Mas quando o seu Adisio saiu e viu minha situação, mudou de ideia, cheguei de uma maneira tão ruim que nem conseguir andar eu conseguia, ai ele me aceitou, ai passei bem uma semana deitado, só me levantava pra almoçar, porque na rua eu não dormia a noite, só dava sono de manhã, agora que tô começando a comer melhor.

Ele hoje está indo para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), onde é acompanhado por psicólogo, psiquiatra, participa de grupos de palestras, auto ajuda e isso lhe faz se sentir melhor, principalmente participando da prevenção de recaída, o mesmo relata que já teve muitas oportunidades, na última vez em que esteve no albergue já iria ser monitor.

existe uma discriminação muito grande, tem gente que ajuda e acredita, eu manipulava dizia que era pra comer, eu ia pra porta de igreja ficava conversando mas já com a intenção de enrolar as pessoas, eu tenho que evitar o primeiro gole o primeiro contato, e se deixar eu vou voltar para o mundo e o que eles tem pra oferecer é só coisa ruim, esses dias eu estava indo pro CAPS e uma pessoa me ofereceu e eu não quis, sei que vou viver sempre com isso, esses convites em qualquer lugar que eu for, sempre vai ser complicado e você tem que dizer não.

Felipe diz que teve que sair de Aquiraz se não ia morrer, porque já aprontou muito e estava correndo risco de morte, foi para Caucaia, onde só ficou um mês, a polícia lhe pegou e foi deixá-lo em casa e pediu pra sua mãe lhe tirar de lá, o mesmo relata que pra onde for tem drogas, mas que deseja mudar de vida, cuidar de si, dos seus filhos, do seu futuro, começar a estudar, fazer curso, ocupar a mente, embora hoje ele não consiga ainda assimilar as coisas,

ele também está tentando conseguir um benefício, durante a nossa conversa, chegou um advogado com o documento que marcava a sua perícia no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), onde tentaria conseguir o auxílio doença.

5- Saulo tem 34 anos, solteiro, não tem filhos, nasceu em Fortaleza e sempre morou com os pais e a irmã, há três anos, seus pais faleceram, onde o mesmo passou a morar em um quitinete onde supria suas necessidades com o que ganhava no seu trabalho. O mesmo sempre trabalhou, suas últimas experiências foram em hotéis na Beira Mar, onde lavava louças e depois foi trabalhar no bar dos hotéis fazendo drinks. Ele relata a mudança em sua vida:

sempre trabalhei aluguei meu quarto, nunca tinha nem pensado em morar na rua, e não imaginei que eu cairia em uma situação dessa, nunca usei droga, maconha, minha droga era cerveja e cabaré, garota de programa, porque sou solteiro né, sou homem, então gosto de mulher.

Ele fala que sempre teve sua vida “normal”, do “trabalho para casa”, só bebia nas folgas, depois começou a beber diariamente tomava umas cervejas antes de ir trabalhar e quando chegava também, quando tinha mais dinheiro tomava bebidas melhores, quando o dinheiro era pouco tomava cachaça, começou a ir atrás de garotas de programas, e não conseguia mais se controlar, fazendo isso diariamente. Quando o dinheiro acabava, ele começou a pedir emprestado, dizendo que era pra resolver alguns problemas, só que a situação começou a piorar, pois começou a faltar no emprego e acabou sendo demitido.

Sem dinheiro para pagar o aluguel, acabou sendo despejado, vendendo televisão, guarda roupa, e até suas roupas, o mesmo continua:

ai fui na minha irmã e disse pra ela que aconteceu uma coisa, que a culpa era minha, que eu perdi o emprego, a casa, e agora tava na rua por causa de bebida e prostituição, ela disse que não iria me ajudar, porque eu colhi o que plantei e que eu ia colher a miséria de perto pra poder nunca mais fazer isso, ai eu disse pra ela me deixar passar só um mês, que eu não iria mais fazer, que eu ia entregar currículo, ela disse que não, eu até disse que ela tava sendo dura comigo.

Não recebendo a ajuda da irmã e sem outra opção, ficou desesperado e na rua, sem dinheiro para comer, passava as noites acordado com medo das pessoas lhe furarem ou tacarem fogo, pelas manhãs ele entrava nas igrejas para cochilar. Como não tinha costume de pedir, passou muita fome, necessidade, olhava para os mendigos e não acreditava que estava naquela situação.

ai quando ia chegar os 15 dias sem comer, tomava agua pra encher a barriga, fraco, magro, barbudo, preto de andar do sol, desses 15 dias eu só comi 3 vezes, acho que foi Deus que fez aguentar, eu não tava mais aguentando, com fome e fiz uma coisa que nunca fiz, tinha uma senhora vendendo quentinha, ai eu peguei mentindo, ei senhora deixa eu pegar o resto de comida aqui e levar ali pra um mendigo, ai ela olhou pra mim e disse que eu podia levar, ai eu coloquei uma dentro da outra,

agradei e dobrei a esquina e comecei a comer com a mão, ai eu disse-me vi naquela situação, rapaz sempre tive tudo, meu emprego, e tó dessa forma.

Contudo, mesmo diante do exposto, Saulo disse que sempre se prometia que não usaria drogas, outra situação que o mesmo relatou, foi que nos últimos dias, não aguentando mais de fome, ele viu um carro parando e uma senhora descendo com uma panela de baião e frango e entregando a três mendigos, ele parou e pediu para comer com eles, naquela situação ele se viu diante do espelho, e não acreditava, mas sempre lembrava da promessa que fez para sua mãe, que enquanto fosse vivo, ele podia beber, ir para o forró, mas não usaria drogas, porque também não é a favor das desculpas que os outros utilizam pra dizer que usou porque estava na rua.

Saulo relata como chegou ao albergue:

eu tava na parada do ônibus, era 5 hs da manha, eu tava esperando a igreja abrir, pra dá um cochilo, ai apareceu um cara todo arrumado, parecia que foi Deus que mandou, ai disse ei cara tu ta na rua? eu disse que tava, tu ta mesmo? eu disse que fazia 15 dias isso nunca tinha acontecido, e ta passando só coisa ruim na minha cabeça, de tanta fome que eu to passando, andando sujo, que isso nunca tinha acontecido porque eu sou vaidoso, sempre andei direitinho, ele disse assim eu vou lhe dar um endereço onde você pode comer e dormi, ai eu pensei que fosse brincadeira, ai eu disse cara to de brincadeira não, eu tó passando por uma situação difícil tô no fundo do poço, então ele disse que não era brincadeira não, eu me lembro que era 3h da tarde eu bati no portão e perguntei, todo sujo, fedendo, com mau cheiro, porque passei 15 dias sem tomar banho, sabia nem onde tomava banho na rua, eu disse e porque um rapaz me deu endereço é aqui que eu posso comer e dormi é verdade?

Então lhe perguntaram qual foi sua queda, se droga ou álcool e ele respondeu que foi álcool, que nunca tinha usado drogas, nuca foi preso, então pediram para ele entrar, disseram-lhe as normas da casa, as tarefas, falaram que tinha orações. Saulo ficou assustado e perguntou se era um presídio, pois como nunca tinha visitado uma instituição nesse segmento, não sabia como funcionava, então lhe entregaram o kit higiênico (creme dental, sabonete, escova, barbeador, toalha e desodorante), deram uma cama e explicaram que haviam 5 refeições no dia. Ele acabou se adaptando, embora nos primeiros dias tenha ficado assustado em dormir com quase cinquenta pessoas.

Saulo está no albergue há três meses, mas logo que completou trinta dias, disse que queria procurar emprego, então perguntaram se ele já estava preparado para sair, e ele confirmou que estava, prometeu que não beberia. Embora já tenha entregue uns quinze currículos, o mesmo está preocupado porque não foi chamado, ele fez até o segundo ano do ensino médio, não recebe nenhum benefício e está bastante aflito, porque tem medo que entrem em contato com ele e saibam que o mesmo mora no albergue e não queiram lhe empregar. Embora ansioso para reconstruir sua vida, ele se sente grato à instituição, que lhe

acolheu, que deu comida, bebida, um lugar para dormir, ele diz que depois que entrou já viu várias pessoas saindo, porque descumprem as regras, dizem que vão ao médico ou à farmácia e voltam drogados, ele diz que não fará isso porque quer “ajeitar sua vida”.

6 – Daniel tem 43 anos, é de Fortaleza, mas foi criado em Olinda e voltou para o Ceará em 2000, o mesmo fala que já teve uma passagem muito boa pelo albergue anteriormente. Desde os 12 anos, trabalha com montagem de instantes em feiras, congressos e nesse meio existe muita droga e bebida, o mesmo viajava desde pequeno com autorização judicial.

A primeira vez em que estive no Albergue, já estava há seis anos em uma história de alcoolismo e drogadição isso em 2007, e estava na rua há seis meses. Desesperado, apareceu uma pessoa, que o mesmo acredita ser um “anjo”, nunca tinha lhe visto antes e lhe falou do Albergue Shalom, ele nem sabia do que se tratava. O mesmo relata sua chegada:

na verdade eu tava precisando mesmo de uma cama, um colchão, e eu fui muito bem acolhido, e quando eu cheguei eu vi uma realidade que eu me identifico muito que é a religiosidade da casa, tinha todo trabalho de evangelização que hoje eu sinto falta, porque não é a mesma coisa, o acompanhamento, os seminários, e eu vejo uma necessidade hoje eu não tenho nem rezado, aqui eu fiz o meu crisma, aqui eu encontrei o meu primeiro amor, estava muito bem, no ministério de musica, fui me jogando, pela necessidade que eu tava, por causa da dependência e da ausência da família.

Ele passou algum tempo no albergue, mas depois voltou a trabalhar e a situação se repetiu, como não cumpria com suas obrigações perdeu o emprego, deixou de pagar o aluguel e foi para a rua, como saiu de casa cedo, nunca se apegou à família, embora sua mãe sempre tenha trabalhado para dar o melhor possível para ele e seus irmãos.

O mesmo ficou na rua até um ponto em que não aguentava mais, onde se encontrou com outros moradores que disseram que no albergue tinha vaga, então ele foi até a instituição durante uma semana todo dia e diziam que não tinha, e os meninos diziam para ele insistir, ele continua:

ai no dia o temporal fechou, eu já estava desesperado, porque eu não aguentava mais, já tinha visto uma cena do cara tocar fogo no outro na minha frente, depois eu vi outra cena de matarem o cara de pedrada, depois eu vi outra cena de paulada, depois vi uma de facada, , dai nesse dia começou a chover bem grosso ai eu toquei na companhia fiquei segurando, segurando até que foram abri a porta assustado e perguntaram o que eu queria, eu disse quero ser atendido, ai mandaram eu entrar, eu estava todo molhado, ai me perguntou o que eu queria, eu disse eu preciso dessa casa eu preciso ficar aqui, perguntaram porque tudo aquilo e eu falei que foi o modo que tinha pra chamar atenção eu não podia mais ficar ali, esse dia pra mim foi muito bom, quando eu entrei aqui, parece que saiu, não sei, eu gosto muito de ler a bíblia, sabe o Apostolo Paulo, quando ele teve um encontro com Jesus, e ele curou Paulo, parece que saiu umas escamas dos meus olhos.

Daniel passou vários anos no albergue, depois foi para uma casa de tratamento que durou 8 meses. Um dia antes de sair da instituição, foi feita uma reunião com os coordenadores, padres, psicólogos e assistente social, onde disseram que o mesmo já estava pronto para sair, ele foi e disse que não, então ele passou mais oito meses, depois fez curso de monitor e ficou trabalhando e continua:

voltei e trabalhei 2 anos e fui esquecendo a caminhada, me afastei do shalom, e voltei a trabalhar em montagem, ai sem missa, sem oração, sem ta servindo, eu me lembro que eu tava em salvador, ai fui só caindo, eu aluguei uma casa, mesmo caindo eu tinha tudo em casa, mas ai eu comecei bebendo so final de semana, ai fui aumentando, to aqui desde 30 dezembro, o bolsa família ta bloqueado, mas eu não estou preparado pra pegar em dinheiro eu me conheço e aqui eu to encarando como um tratamento, aqui eu já participo dos alcoólicos anônimo, já fiz um curso de eletricista, to pedindo a Deus e rezando pra sair dos eventos, ai Deus da a graça, e eu tenho que fazer minha parte, já conclui o curso, e agora to indo atrás de fazer outro curso no senai, então se eu conseguir, vou ter um bom salario, agora eu to no celeiro de musica, to me sentindo muito melhor depois que cheguei aqui.

Daniel tem uma filha, com quem mantinha contato, até que um dia, estava em uma instituição e precisavam de alguém para dar um testemunho e ele se ofereceu, pensando que o resultado seria positivo, contudo a entrevista passou na televisão e sua filha se sentiu ofendida, porque suas amigas ficaram dizendo que ela tinha um pai drogado, e ela ficou com vergonha, ele disse que o adicto quer “tudo pra ontem”, mas hoje ele consegue ter mais calma está participando da pastoral da sobriedade, consegue fazer seu estudo bíblico, ter um relacionamento com os outros internos e ajuda sempre que tem eventos da comunidade como Halleluya, Renascer, com a montagem.

Embora esteja procurando emprego em outra área, diz que “a população está cansada”, porque ajuda em um dia, e depois de novo, e se torna um círculo vicioso e tem gente que está nessa vida por opção, mas muito são forçados porque “aprontam”.

3. 2 Algumas Políticas Públicas voltadas para a População em Situação de Rua

Diante do exposto sobre a população em situação de rua, a pobreza e a vulnerabilidade social, identificar as políticas públicas voltada para esse público nos leva a vários questionamentos: se essas políticas existem, como está o funcionamento? Como essas pessoas estão sendo atendidas? O que mudou na vida delas?

Em 2001, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, junto com a Secretaria Nacional de Assistência Social e o Departamento de Proteção Social Especial, criaram a Cartilha “Inclusão das Pessoas em Situação de Rua” no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, esse cadastro juntamente com a vinculação aos

equipamentos e serviços do SUAS são uma forma de conhecer o perfil desses sujeitos e criarem estratégias concretas que permitam atender as demandas existentes.

A cartilha aborda vários aspectos com relação à moradia, onde descreve que a pessoa em situação de rua pode ter acesso a programas:

morador de rua pode ter acesso a programas especiais de moradia provisória: repúblicas, pensão social, bolsa-aluguel, locação social e moradia definitiva, por meio de programas de habitação popular federal, estadual e municipal. As propriedades podem ser públicas ou privadas e devem cumprir a sua função social, conforme a Constituição Federal:

1 - Quando um ou mais moradores de rua estiverem ocupando um imóvel ou área particular abandonados, por mais de 1 (um) ano, cuidando do espaço pacificamente e sem oposição do dono, poderão buscar o reconhecimento do seu direito de posse. E se permanecerem no imóvel, nas mesmas condições, utilizando-o como moradia, por 5 (cinco) anos, terão direito à propriedade.

2 - Se uma ou mais pessoas utilizam como espaço de moradia terreno ou imóvel público em área urbana, por mais de 5 (cinco) anos seguidos, poderão lutar pela “Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia”, conforme artigos 1º e 2º da Medida Provisória 2.220/01. Nesse caso, se o Poder Público quiser retirar as pessoas, deverá garantir o direito de moradia no local ou nas proximidades.

Sabemos que os locais públicos da cidade são de acesso a todos, assim, a Cartilha incentiva esses sujeitos a participarem de reuniões do Conselho Municipal nas suas cidades, e sempre que se sentirem ameaçados de remoção, essas pessoas devem procurar a Defensoria Pública ou outros órgãos e não se limitarem apenas a procurarem albergues. Outra opção são os prédios abandonados, que podem ser transformados em moradias populares ou repúblicas, se forem desapropriados pela Prefeitura, contudo é necessária a participação desses cidadãos em programas e projetos, para que suas necessidades sejam realmente atendidas.

A Constituição Federal de 1988 diz que todos os cidadãos têm direito à saúde, independente das condições em que se encontrem, segundo a Cartilha: “todos tem direito de ser atendidos, mesmo sem endereço, documento e acompanhante em postos de saúde ou hospitais” e continua:

Na Política Nacional de Saúde, existem programas que garantem a contratação de Agente Comunitário para atender as pessoas em situação de rua. Há uma rede de serviços especializados para prestar auxílio a quem bebe e/ou usa drogas e para quem tem problema mental, conhecidos como Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) e Centros de Apoio Psicossocial em Álcool e Drogas (CAPS AD).

Existem muitos casos, como relatado até na pesquisa de campo, que alguns daqueles sujeitos que hoje estão no albergue, saíram do hospital e não tinham para onde ir. Dessa forma é necessária a ampliação das redes básicas, que atendam as demandas desse público.

Sobre o quesito educação, todo cidadão tem direito a frequentar a sala de aula independente de idade, sem documentos ou endereço fixo. A Cartilha ressalta que: “ todos

tem o direito de participar de programações culturais, como música, teatro, cinema, exposições, etc., sem ser discriminado e de utilizar os espaços públicos e culturais, como museus, bibliotecas, galerias, entre outros.”

Assim como a habitação, a educação e a saúde, a alimentação adequada e com qualidade também é um direito, e a mesma deve ser fornecida diariamente, independente de feriado ou finais de semana. “Os que sofrem de alguma doença, como hipertensão ou diabetes, podem solicitar alimentação apropriada. Os moradores de rua podem ser beneficiados com alimentação fornecida pelos restaurantes populares e devem ser recebidos e atendidos nesses estabelecimentos, sem discriminação.” (BRASIL, 2011)

É importante a motivação para criação de restaurantes populares e espaços de atendimentos que funcionem nos finais de semana. Aqui em Fortaleza existe o CentroPop, que só funciona de segunda a sexta, além do mais é fechado também durante à noite, é necessário que haja uma mobilização para que essas pessoas tenham para onde ir no período noturno e nos finais de semana. “As pessoas em situação de rua, alheios ao contexto em que se inserem, sofrem na pele o desenrolar de sua história, marcada pela negação do exercício de sua cidadania e pela negação da acessibilidade aos meios necessários a uma vida digna. É, de fato, um itinerário de perdas!” (ARAÚJO, 2003, p.12).

Em Fortaleza, por intermédio da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra), existem os seguintes equipamentos para responder as demandas: CentroPop, acolhimento institucional e serviço especializado de abordagem de rua. Seguem as finalidade/objetivo de cada instituição:

O CentroPop é um espaço de referência para que qualquer pessoa em situação de rua possa procurar serviços de acesso à documentação oficial, Cadastro Único para Programas Sociais, atividades socioeducativas e artísticas. Serviço Especializado de Abordagem de Rua é outro serviço referenciado pelo Centro Pop é o Serviço Especializado de Abordagem de Rua, que funciona de 8 às 22 horas, atuando em toda a cidade de Fortaleza fazendo o contato direto com as pessoas que estão em situação de rua na abordagem social. Casa de Passagem, atualmente, o município dispõe de um abrigo denominado Casa de Passagem, que oferece acolhimento temporário, seguro e com privacidade para pessoas em situação de rua. (SEMAS, 2015)

Fortaleza conta hoje com dois CentroPop, que funcionam de 08:00 às 17:00hs e, além dos equipamentos citados acima, a Prefeitura dispõe dos abrigos institucionais, que funcionam 24hs, atendendo em média 50 pessoas cada, um para famílias e o outro para os homens, ambos foram inaugurados em 2014. No mesmo ano, foi inaugurada também a Pousada Social e o Centro de Convivência para Pessoas Adultas em Situação de Rua, segundo a Setra, “há 1.718 pessoas em situação de rua na Cidade, espalhadas por diferentes bairros,

embora com maior concentração no Centro e na Avenida Beira Mar.”(PREFEITURA DE FORTALEZA, 2015)

4. CAPÍTULO III: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONCEITOS E BREVE RELATOS

Pesquisar sobre a população em situação de rua é muito desafiante, porque se trata de um grupo que pouco conhecemos, contudo sabemos que são excluídos de seus direitos sociais e humanos. É da incumbência do Estado e da sociedade civil a criação e / ou o fortalecimento de políticas públicas que deem o suporte, o acolhimento e o cuidado a este grupo social também formado por cidadãos brasileiros. Com o intuito de entender esse processo formativo e subsidiar cada vez mais a compreensão sobre o contexto que envolve esses sujeitos, que esse trabalho foi desenvolvido, a partir de um olhar ampliado, buscando compreender as implementações de políticas e efetivação em prol dos direitos da população em situação de rua.

Neste capítulo descreverei, como ponto principal do trabalho, sobre a população em situação de rua, como se deu o processo histórico e suas facetas. Continuarei mencionando os estereótipos e o preconceito para com esses sujeitos, finalizando sobre os principais motivos que levam esses sujeitos a estarem na rua.

4.1 O surgimento da População em Situação de Rua

O fenômeno social população em situação de rua é uma fusão de diferentes determinações, mesmo com alterações históricas, tornou-se um elemento de relevância da pobreza nas sociedades capitalista (SILVA, 2009, p.91)

“Sua história remonta ao surgimento das cidades pré – industriais da Europa. A partir dessa época, passou a compor o cenário da vida urbana, em varias partes do mundo. Com o desenvolvimento do capitalismo, tem momentos de expansão e outros de retração.”(SILVA, 2009. p. 91)

A gênese deste fenômeno – estar em situação de rua – (BRASIL, 2009) “foi discutido e consensuado durante o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, ocorrido em Brasília, no dia 20 de maio de 2009. Durante esse Encontro, foi escrita uma Carta Aberta ao presidente da República Federativa do Brasil”, no qual o fenômeno população em situação de rua foi abordado:

[...] o fenômeno população em situação de rua é antigo. Sua história remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no processo de criação das condições necessárias à produção capitalista. No contexto da chamada acumulação

primitiva, os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras e nem todos foram absorvidos pela indústria nascente. Isso fez com que a maioria desses camponeses vivenciasse a amarga experiência de perambular pelas ruas exposta à violência da sociedade opressora, que acabara de nascer. Assim, surgiu o pauperismo¹ que se generalizou pela Europa Ocidental, ao final do século XVIII e forjou o fenômeno população em situação de rua.

A Carta relatava também, a carência de pesquisa e estudos sobre a origem desse fenômeno no País:

Apenas no início da década de 1990, inicia-se as iniciativas de confronto da problemática em algumas cidades brasileiras. Em consequência da ausência de conhecimento, o artigo Art. 7º, Inciso III, da Política Nacional para a População em Situação de Rua, destaca a necessidade de se iniciar a contagem oficial da população em situação de rua (BRASIL, 2009)

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua surgiu como uma forma de orientar e construir as políticas públicas para essa população.

Surgiu pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006, e composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada. Ressalte-se o protagonismo que o público-alvo desta Política Nacional, por meio do MNPR, tem em todo o processo de avaliação e discussão das propostas. (BRASIL, 2008)

A existência de sujeitos em situação de rua comprova a profunda desigualdade social brasileira, e reproduz a lógica do sistema capitalista de trabalho assalariado, cuja pobreza extrema relaciona-se com seu funcionamento (NOVAK,1997). Fenômeno presente na sociedade brasileira desde a formação das primeiras cidades (CARVALHO, 2002).

A era do capitalismo que surge no século XVI, a expropriação do produtor rural e dos camponeses que foram retirados de suas terras, forma a base da acumulação que originou a produção capitalista.

Portanto, a reprodução do fenômeno em situação de rua vincula-se ao processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente a capacidade de absorção pelo capitalismo. Como diz Tiene, “ a mulher e o homem são levados a morar na rua por uma condição imposta pela sociedade de classes, organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida” (TIENE, 2009 apud SILVA, 2004, p. 22)

¹ No dizer de Marx (1988, p.747), “o pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exercito ativo dos trabalhadores e o peso morto do exercito industrial de reserva.”

Ao andarmos pelas ruas e avenidas, deparamo-nos com pessoas em situação de rua, isso já é fato do cotidiano das grandes cidades no Brasil. Enquanto uns buscam suas casas, outros buscam, nas ruas, lugares para dormir, comer, proteger suas famílias.

Como podemos definir a população em situação de rua? A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) legitima a população em situação de rua na esfera do SUAS, no Decreto n° 7.053, de 23 de Dezembro de 2009 que diz:

[...], trata-se de grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

O que podemos perceber é que essa população está presente em todos os lugares, já que a mesma não possui um lugar fixo, as praças, os viadutos e o espaço público não podem ser considerados um lar. Até os sujeitos que vivem temporariamente em abrigo e Albergue, embora tenha um endereço, não podem considerar essas instituições como casa, pois não é uma moradia fixa.

Não se pode delimitar apenas um motivo que leva esses sujeitos a estarem na rua, pois existem vários fatores:

Alguns motivos: fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos (alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc. além de desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto, etc.). (SILVA, 2006, p. 35)

Analisando os motivos que levam essas pessoas a estarem na rua, observamos que são situações inerentes à sua vontade, a maioria são vítimas de inúmeros fatores, contudo, a sociedade não enxerga a situação com esse olhar.

No Brasil o que tem ocorrido é a responsabilização dessas pessoas pela situação que eles vivem. Apesar de lutas e articulação de outros sujeitos em busca de acesso às políticas sociais, quando se busca as estratégias do Estado, para enfrentamento dessas questões o que muitas vezes encontramos de natureza residual são albergues e abrigos. (SILVA, 2006, p. 95)

Geralmente, o fenômeno da população de rua está mais presente nos grandes centros urbanos, primeiro porque é onde se encontram as indústrias, e as alternativas de trabalhos embora precários, são maiores. Além disso, existe uma maior probabilidade do trabalho autônomo ou informal.

Em geral, as pessoas em situação de rua realizam trabalho informal como: guardar e limpar os vidros dos carros nos sinais de trânsito, catar resíduo sólido e transportar

mercadorias, dentre outros. Tratam-se de pessoas excluídas socialmente, considerando a não garantia de seus direitos sociais, por exemplo, mas incluídas na engrenagem desumana do sistema econômico capitalista. (PNPSR) (BRASIL, 2008).

Nos grandes centros, esses sujeitos procuram lugares que favoreçam sua subsistência, um exemplo são abrigos ou repúblicas que são coordenados por organizações públicas ou privadas, também nessas cidades existem quantidades maiores de praças, viadutos e canteiros que podem ser utilizados como acomodação.

4.2 Os estereótipos existem?

Não podemos deixar de relatar outro ponto fundamental que está ligado ao preconceito, ou seja, o valor atribuído a essas pessoas pela sociedade, como “loucos”, “bandidos”, “pedintes” e “vagabundos”. Muitas vezes eles são tratados também como ameaça, despertando medo e descaso. “O preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas em situação de rua é um traço típico do fenômeno em todos os países em que ele se manifesta. No Brasil não é diferente.” (SILVA, 2009, p. 120)

[...] um segmento heterogêneo de trabalhadores progressivamente alijados do mercado de trabalho formal, que exercem atividades profissionais intermitentes e instáveis, de baixa remuneração, e não tem residência fixa, vivem a alternância da moradia em pensões, em albergues e nas ruas da cidade e, para se alimentar, valem-se de pontos de distribuição de comida ou de centros de assistência social. Para estas pessoas, viver nas ruas significa, hoje mais do que antes, expor-se a precárias condições de vida e de trabalho e à violência policial e das ruas, agravada pela presença cada vez mais avassaladora do *crack*. (ROSA, 2005, p.36)

Não existe um perfil para pessoas em situação de rua, pois é uma população heterogênea e podem ser tipificadas de diferentes categorias como “catadores de lixo”, “trabalhadores da rua”, “albergados”, “foras da lei” e “pedintes” etc. (SCOREL apud SILVA, 2006, p.60)

É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo”. (SILVA, 2006, p. 95)

Como já mencionado, poucas são as pesquisas para esse fenômeno. Os últimos dados formalizados são da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua que foi realizada no período de Agosto de 2007 a Março de 2008, coordenada pelo Instituto Meta em

colaboração com a UNESCO e o MDS. O levantamento foi feito em 71 cidades brasileiras², dentre elas 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, não estão inclusas na contagem as capitais brasileiras São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, pois fizeram uma pesquisa separadamente que será enfatizada no decorrer desse trabalho. (BRASIL, 2008)

Como a pesquisa não foi realizada em todo o território nacional o quantitativo de 31.922 sujeitos não pode ser considerado o número exato da população em situação de rua naquela época.

Seguem alguns dados da pesquisa: a maioria dessa população 52,6% recebe entre R\$ 20,00 e R\$80,00 semanais; sobre a educação, 74% dos entrevistados sabem ler e escrever, 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. Quando se fala em alimentação, a maioria 79,6% consegue fazer ao menos uma refeição por dia, sendo que 27,4% compram comida com seu próprio dinheiro; existem também os que não conseguem se alimentar todos os dias, ao menos uma refeição por dia 19% dos entrevistados. (MDS, 2008)

Podemos, ao analisar a pesquisa, perceber que essas pessoas são vítimas de uma sociedade que a cada dia só vem reproduzindo novas mazelas, em consequência do governo que apenas se preocupa com uma parte da população, na verdade aquela que menos necessita.

Somos ainda vítimas do atual sistema político, que, na cegueira do capital, tem produzido milhares de novos moradores de rua a cada ano, pois, à medida que as novas tecnologias substituem o trabalho feito por operários e/ou camponeses, surgem novos desempregados que, ao não conseguirem novo emprego, inevitavelmente, irão para a rua, onde ficarão vulneráveis à bebida, às intempéries do tempo e a outros traumas causados por essa situação... somos, por fim, um povo sonhador, que acredita em um amanhã melhor, que aposta no país e que, por acreditar, mantém acesa em si a esperança. (BRASIL, 2011)

No capítulo anterior, onde foram relatadas as trajetórias de vida dos sujeitos da pesquisa, podemos perceber que todos exerciam alguma atividade laboral antes de irem para a rua, ou seja, os motivos que os levaram a estar na rua tiveram como ponto em comum o desemprego.

² Rio Branco - AC / São Gonçalo - RJ/ Maceió - AL/ Campos dos Goytacazes - RJ/ Manaus - AM // Belford Roxo - RJ/ Macapá- AP/ Nova Iguaçu-RJ/ Salvador -BA / São João de Meriti- RJ/ Feira de Santana -BA / Natal-RN/ Fortaleza -CE / Porto Velho -RO/ Brasília -DF / Boa Vista- RR/ Vitória- ES/ Canoas- RS/ Vila Velha- ES / Caxias do Sul -RS/ Serra- ES/ Pelotas- RS/ Cariacica -ES / Florianópolis- SC / Goiânia - GO / Aparecida de Goiânia- GO/ Anápolis - GO / São Luis - MA/ Contagem - MG/ Uberlândia - MG / Montes Claros - MG / Betim - MG / Juiz de Fora - MG / Campo Grande - MS / Cuiabá - MI / Belém - PA / Ananindeua - PA/ João Pessoa - PB / Campina Grande - PM / Jaboatão dos Guararapes - PE / Olinda - PE / Teresina - PI / Joinville - SC / Aracaju - se / Guarulhos - SP/ Campinas - SP / Osasco - SP / Santo André - SP/ São José dos Campos - SP / Sorocaba - SP / Ribeirão Preto - SP / Moji das Cruzes - SP / Santos- SP / Mauá - SP/ São José do Rio Preto - SP / Diadema - SP / Carapicuíba - SP / Bauri - SP / Jundai - SP /

Podemos encontrar essa população em vários espaços da cidade, principalmente à noite. Eles estão nos locais menos frequentados, na verdade onde ninguém gostaria de estar.

Os moradores de rua ocupam os vãos e desvãos das cidades: ruas e becos, viadutos e pontes, praças e marquises, rodoviárias e BRs. Pernoitam em albergues na maioria das vezes considerados verdadeiros depósitos humanos. Eles resistem nos espaços públicos, por estes serem o “único e último lugar” que sobrou do sistema econômico vigente, que exclui os direitos daqueles que não conseguem se encaixar no perverso modelo de produção e distribuição de bens e riquezas. (BRASIL, 2011)

Marcos 36 anos relata que a rua de dia não é tão ruim, difícil mesmo é à noite, e relembra: “se você vacilar, você boba. A noite todo mundo tá com sua porta fechada, à noite você sabe que só encontra o que não presta aí você só não pratica se não quiser.” Já Saulo, 34 anos diz: “eu passava a noite acordado com medo das pessoas me furarem ou tacar fogo em mim, pelas manhãs eu entrava nas igrejas para cochilar.”

Como podemos afirmar que todos os cidadãos vivem de forma igualitária na sociedade se a mesma os exclui? É desanimador ouvir o desabafo desses sujeitos ao relatarem os olhares, as afrontas, e principalmente o descaso da sociedade civil para com eles. Segue o relato de uma pessoa em situação de rua, que foi compartilhado na Cartilha (BRASIL 2011) “A sociedade veem em nós apenas objetos, uma espécie de coisa que está ali e que pode ser removida a qualquer momento para um lado e para outro... por vezes somos alvo de projetos, tratados como se fôssemos uma ponte ou uma obra qualquer que precisa de licitação, aprovação, entre outras burocracias”.

[...] É um mundo social que não é criado ou escolhido pela grande maioria dos moradores de rua, pelo menos não inicialmente, mas para o qual a maioria foi empurrada por circunstâncias além de seu controle. É, contudo, um mundo social no qual os habitantes partilham um destino singular: o de ter de sobreviver nas ruas e becos das cidades [...] (SNOW & ANDERSON, 1998, p. 77).

Hoje não temos como traçar as fronteiras nítidas da exclusão, como antigamente se delimitava nas periferias das grandes cidades. Em algumas cidades, basta desviar o caminho das ruas principais, isso quando necessário, pois em meio a casas luxuosas, podemos observar um pouco melhor e perceber a comunidade bem atrás, ou seja, a presença pode ser vista, mas apenas como um “empecilho”.

Destituídos dos seus direitos, eles resistem à exclusão e lutam pela sobrevivência cotidiana. Estão dentro da cidade, mas a cidade não os enxerga. São invisíveis em meio à população. É como se houvesse uma parede invisível, separando duas cidades. Uma, onde tudo é possível. Outra, onde tudo é negado: proteção, privacidade, água, alimentação, aconchego, banho. Sofrem o preconceito e as consequências das políticas “higienizadoras”, que têm como objetivo “limpar” a cidade, expulsando os moradores de rua de todos os lugares. (BRASIL, 2011)

Mas por que essas pessoas estão na rua? Porque não existem respostas concretas para demandas como moraria e trabalho. Esse cenário interpela e desafia para a busca de uma

transformação social e para a implementação de políticas públicas. Embora saibamos que todas as pessoas nascem livre, independente de cor, raça ou classe social.

Todo ser humano tem direito ao mínimo possível, que é a dignidade, ter o trabalho. Nós em situação de rua não queremos ficar mendigando por um direito que é do povo, um direito de cidadão brasileiro. Porque todos estão à procura de algo; de uma oportunidade para resgatar a sua própria cidadania, sua dignidade como ser humano. ((DIREITO DOS MORADORES DE RUA, 2011)

Saulo 34 anos mencionou durante a entrevista, seu grande medo de ficar desempregado, ele disse que já entregou inúmeros currículos e nos mesmos colocou o endereço e o telefone de contato de um amigo, pois tem receio que ao ligarem descubram que ele vive em um albergue e não queira lhe empregar.

A cidadania precisa ser exercida, não podemos nos preocupar com estruturas, com monumentos históricos, com o “circo,” enquanto tantas pessoas estão perdendo suas vidas, pelo descuido das autoridades que investem em estádios, olimpíadas e copa do mundo e esquecem-se da segurança, educação e saúde.

O principal patrimônio de um país são as pessoas e não apenas os monumentos e praças da cidade. As autoridades não podem cuidar unicamente dos bens materiais (prédios, ruas, calçadas, canteiros). Elas têm que levar em conta as pessoas que se estabeleceram nos lugares públicos ou que precisam desses espaços para sobreviver. Como diz o artigo 3º da Constituição, o objetivo de nosso País é construir uma sociedade justa e solidária, acabar com a pobreza e diminuir as desigualdades sociais. (DA MATTA, 1997, p. 45)

4.3 Principais Motivos de Estar na Rua

Ainda relatando alguns dados da pesquisa nacional, seguem agora os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua: referem-se a problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no Censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro). (BRASIL, 2008)

De acordo com a pesquisa de campo, dos 06 sujeitos que participaram da pesquisa, apenas um estava na instituição por não ter onde ficar, onde o motivo não tenha sido álcool ou droga.

Hoje as drogas estão se tornando um grande desafio para sociedade contemporânea, principalmente pelos efeitos que causam na vida do indivíduo.

“Droga”, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) é: qualquer substância que é capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento. Aquelas que modificam a atividade do sistema nervoso central, aumentando-a (estimulantes), reduzindo-a (depressoras) ou alterando nossa percepção (perturbadoras) são chamadas de psicoativas. Dentre as

drogas psicoativas algumas são procuradas (“tropismo”) pelos seus efeitos prazerosos, podendo levar ao seu uso abusivo ou dependência – estas são chamadas de psicotrópicas. (MARQUES; OLIVEIRA; LEAL, 2014, p. 17)

O ser humano está cada dia mais buscando se realizar muitas vezes essa sensação de liberdade, relaxamento, causa bem estar e esquecimento temporário dos problemas. Contudo não podemos esquecer que todas essas ações são consequências coletivas, ou seja, de todas as áreas da vida do indivíduo.

A dependência de substâncias pode ser entendida como uma alteração cerebral (neurobiológica) provocada pela ação direta e prolongada de uma droga de abuso no encéfalo. Essas alterações são influenciadas por aspectos ambientais (sociais, culturais, educacionais), comportamentais e genéticos. (MARQUES; OLIVEIRA; LEAL, 2014, p.25)

Inúmeras vezes, a população em situação de rua busca no álcool e nas drogas refúgio contra o frio, as mazelas, as tristezas e principalmente a solidão. A droga que faz esses sujeitos irem pra rua, posteriormente os torna dependentes. Felipe, 38 anos diz que a droga os mantém na rua, o desejo de consumir, não nos deixa sair de lá, continua relatando que ficava tão possessivo que preferia ficar sozinho, para não ter que dividir a droga com ninguém.

O alcoolismo é uma noção que apareceu pouco tempo após as circunstâncias que ele caracterizou, contemporâneo dos anos seguintes à industrialização, um desejo desesperado de responder a condições de vida deploráveis”. O filósofo fala da bebida com respeito e simpatia, como acontece com muita gente, mas acrescenta: “a embriaguez do alcoolista supõe um homem tornado objeto, incapaz, a partir de então, de se abster de bebidas perturbadoras. Muitas vezes sua dependência está relacionada a uma incapacidade de encontrar em si próprio o que permitiria um domínio, uma resistência às dores do mundo. (MARQUES; OLIVEIRA; LEAL, 2014, p. 27)

Mas como trabalhar o futuro, os planos com essas pessoas que estão desacreditadas da vida, muitos já inseridos no mundo das drogas, outros com os vínculos familiares desfeitos e sem acompanhamento do Estado?

Exclusão social caracterizaria uma situação extrema de ruptura tanto nas relações familiares e afetivas, como com o mercado de trabalho e com possibilidade de socialização. Mas, essa situação dificilmente existe, pois a exclusão não é uma ausência de relações [...] Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas (CASTEL, 1998, p. 569)

Mas, diante dessa realidade, qual a representação da família para essa classe? Em primeiro lugar, o que é a família? Segundo Prado (2009, p. 12) “a palavra família no sentido popular e nos dicionários são as pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, às vezes pai, mãe e os filhos. Ou ainda pessoas do mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção”.

Formada com base nas relações de parentesco cultural e/ou historicamente determinada, a família inclui-se nas instituições sociais básicas.

A família é apontada como elemento-chave não apenas para a "sobrevivência" dos indivíduos, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo, bem como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações. Representando a forma tradicional de viver e uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, a família operaria como espaço de produção e transmissão de pautas e práticas culturais e como organização responsável pela existência cotidiana de seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo recursos para a satisfação de suas necessidades básicas. (CARVALHO; ALMEIDA; 2004, p.15)

A família é sempre a primeira opção de apoio que todos procuram. Saulo de 34 anos relatou que ao procurar sua irmã para pedir ajuda que a mesma foi bastante dura, quando se negou a ajuda-lo, o mesmo acredita que ela deveria ter lhe dado uma chance, já que se comprometeu a mudar. Felipe de 38 anos é bastante grato a sua mãe por tudo que ela fez, o mesmo disse, que ela estava com eles em todos os momentos.

Mesmo que inúmeros acontecimentos causem questionamentos sobre a centralidade e o futuro da família nas sociedades contemporâneas, segundo Carvalho e Almeida (2004, p. 25) “suas responsabilidades e suas funções sociais não demonstram ter perdido a relevância, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos que não chegaram a estabelecer um Estado de Bem-Estar e um sistema de políticas sociais mais consistentes, como é o caso do nosso país.” Essas funções e responsabilidades seriam particularmente demandadas nas situações de adversidade.

Por isso mesmo, trabalhos como os de Carvalho (1994) e Draibe (1994), entre vários outros, que se reportam à pauperização de enorme continente da população brasileira (especialmente no Nordeste, no meio rural e nas áreas metropolitanas), recomendaram que a reforma das políticas e dos programas sociais colocasse a família como eixo e prioridade das ações governamentais nesse campo. Ao lado de macropolíticas orientadas para o combate à pobreza e à exclusão social, propuseram a implementação de programas de geração ou complementação de emprego e renda e de uma rede de serviços comunitários, incluindo programas de renda mínima para as famílias carentes, com a condicionalidade da permanência de seus filhos na escola. (CARVALHO; ALMEIDA; 2004, p. 18)

Muitos acreditam na responsabilidade da família, apesar da insuficiência das políticas públicas e dos programas sociais do País. Estes são voltados diretamente para família, pois se acredita na responsabilidade entre os membros que a compõem.

Em sociedades que não dispõem de sistema de políticas sociais mais efetivo e abrangente, como o Brasil, as condições de subsistência das famílias são determinadas por seu nível de rendimentos. Associado, fundamentalmente, tanto à renda obtida pelo seu chefe como à existência, ao número e a características de outros parentes inseridos no mercado de trabalho, e que auferem rendimentos adicionais. Por isso mesmo, as mudanças e os fenômenos assinalados vêm tendo claros e fortes impactos sobre a organização e as condições de vida das famílias brasileiras, e que afetam negativamente sua capacidade de atender às necessidades

básicas de seus membros e propiciar-lhes efetiva proteção social. (CARVALHO; ALMEIDA; 2004, p. 25)

Com a redução dos postos de trabalho, o aumento do trabalho informal e a queda nos salários dos trabalhadores, as condições de pobreza e vulnerabilidade só crescem, aumentando os problemas não apenas relacionado com as condições materiais, como também de convivência, gerando conflitos e aumentando a violência e a criminalidade.

Fragilizada pelos processos e pelas mudanças que marcam a atual realidade, a família vê crescer, paradoxalmente, suas responsabilidades como mecanismo de proteção social. Reportando-se a essa realidade, Fitoussi e Rosanvallon (1996) assinalam como a desestabilização da condição salarial, a multiplicação das situações de precariedade e um massivo crescimento do desemprego vêm levando a uma "sociedade de trabalhadores sem trabalho". Nessa sociedade, o crescimento das situações de vulnerabilidade e a crise das instituições que fazem funcionar o vínculo social e a solidariedade têm obrigado cada um a dar conta de si mesmo, organizando e procurando dar um sentido à sua vida de forma mais individual e solitária. (CARVALHO; ALMEIDA; 2004, p. 30)

A pesquisa nacional apresenta dados que desmistificam a ideia que as pessoas em situação de rua são em sua maioria pedintes. Grande parte (70,9%) exerce alguma atividade remunerada. Destacando-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Para a grande surpresa, apenas 15,7% das pessoas pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Em sua maioria, possuem alguma profissão (58,6%). Entre as profissões mais citadas destacam-se aquelas ligadas à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%). Contudo, apenas 1,9% dos entrevistados trabalham formalmente e 47,7% nunca trabalharam de carteira assinada. Entre aqueles que afirmaram já ter trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte respondeu que isso ocorreu há muito tempo (50% há mais de cinco anos; 22,9% de dois a cinco anos).

O trabalho formal, ou seja, de carteira assinada é assegurado pelo Ministério do Trabalho e é um direito do trabalhador. Podemos analisar pela pesquisa acima que a população em situação de rua, em sua maioria, desempenha alguma atividade para sobreviver, hoje de forma mais visível podemos nos deparar com muitos exercendo a função catadores de material reciclável, participando geralmente de associações ou cooperativas.

É direito social de todos o exercício de qualquer tipo de trabalho, ofício ou profissão, como lavador de carros, professor, catador de material reciclável, advogado, pedreiro, servidor público, flanelinha, artesão, entre outros. O trabalho dos catadores de material reciclável é reconhecido no Código Brasileiro de Ocupações. Eles, organizados em associações e cooperativas, realizam a coleta

seletiva e ajudam a preservar o meio ambiente. Existe, inclusive, uma lei federal que facilita a contratação das organizações dos catadores pelas Prefeituras, para fazer o serviço de coleta seletiva na cidade. Existe também o Projeto de Lei 2.470/07, o qual altera a Lei 8.666/93, que inclui a contratação de trabalhadores em situação de rua nos contratos de administração pública. (BRASIL, 2011)

Sobre a profissão Marcos 36 anos, fala:

profissão é o que não falta, eu mesmo tem umas vinte, a rua é o melhor mercado de trabalho, mas você tem que ir pra rua, em casa não se consegue trabalho. As pessoas não trabalham porque não querem, porque se você sair e parar em qualquer lugar as pessoas lhe pagam R\$ 3,00 pra capinar, ou R\$ 2,00 para lavar um carro.

O trabalho dignifica o ser humano, pois através do mesmo geralmente o indivíduo consegue suprir suas necessidades, em razão de que se precisa comer, beber, morar e vestir-se. Embora esteja no processo de alienação, acabamos nos incluindo no processo de produção capitalista e, uma vez satisfeita uma necessidade, surgem novas:

É pelo trabalho que o ser humano se distingue dos outros animais. Adquire uma forma corporal própria, modifica e domina a natureza, obrigando a servi-lo, imprimindo a seus recursos forma útil à vida humana. Nesse processo de modificação da natureza externa para atender a suas necessidades, mediante a produção de seus meios de subsistência, o ser humano modifica sua própria natureza, desenvolvendo as potencialidades nela existentes e adormecidas. (SILVA, 2006, p. 38)

Existe todo um contexto para a vida das pessoas que vivem na rua e os aspectos que aumentam a complexidade desse fenômeno se tornam cada dia mais nítidos. Segundo Frangela (2009, p.67), isso ocorre pelos seguintes motivos:

Há um aumento de pessoas na rua em decorrência do agravamento da situação socioeconômica; e um gradual adensamento da teia de atendimento a essa população, abrindo espaço para sua visibilidade política. Tal processo revela o efeito dos problemas socioeconômicos sobre o habitante das ruas, a complexidade de fatores que o envolve, e sua captura nas redes dos movimentos urbanos sociais e políticos.

É importante que se entenda a real relevância do trabalho, hoje as pessoas já buscam uma atividade que além de ser rentável seja prazerosa, afastando-se de todo trabalho precário e criando novos valores, novo sentido para a vida. Assim,

[...] Cada cidadão deve ter direito a um nível de vida normal; mas cada um e cada uma devem ter também a possibilidade (o direito e o dever) de fornecer à sociedade o equivalente-trabalho daquilo que ele ou ela consome; o direito, em suma, de ganhar a vida; o direito de não depender para a sua sobrevivência da boa vontade daqueles que tomam as decisões econômicas. Essa unidade indissolúvel entre o direito a renda e o direito ao trabalho é para cada qual a base da cidadania. (SILVA apud GORZ, 2003; p. 12)

Outro fator que também ficou em evidencia na pesquisa foi o percentual de homens em comparação com o de mulheres. Sabemos que os fatores culturais influenciam na composição desses públicos:

A população em situação de rua é predominantemente masculina (82%). Mais da metade (53%) das pessoas adultas em situação de rua entrevistadas (somente foram entrevistadas pessoas com 18 anos completos ou mais) possui entre 25 e 44 anos. • 39,1% das pessoas em situação de rua se declararam pardas. Essa proporção é semelhante à observada no conjunto da população brasileira (38,4%). Declararam-se brancos 29,5% (53,7% na população em geral) e pretos 27,9%, (apenas 6,2% na população em geral). Assim, a proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior na população em situação de rua.

Embora nos últimos anos as mulheres tenham ocupados vários cargos não só de crescimento na área profissional, mas também como aquela que contribui para as despesas do lar, ainda serão necessário grandes mudanças, como por exemplo, o seu reconhecimento em todas as formas, inclusive financeira.

Histórica e culturalmente no país, a responsabilidade de garantir a renda para o sustento da família é atribuída aos homens, chefes de família. Da mesma forma, aos jovens do sexo masculino, a partir dos 18 anos, é atribuída a tarefa de autos sustento. Em um contexto de elevadas taxas de desemprego, essas pessoas, pressionadas a cumprir tais responsabilidades, utilizam diversas estratégias para encontrar uma colocação no mercado de trabalho, mas nem sempre conseguem. Assim, alguns mudam de cidade ou mesmo saem de casa em decorrência das pressões que recebem, diante da impossibilidade de cumprir as tarefas que lhe são atribuídas. Esse caminho não raro conduz à situação de rua. (SILVA, 2006, p. 148)

Embora a mulher em situação de rua seja uma minoria, para ela é mais desafiador, na maioria das vezes percebemos as mesmas acompanhadas de seus filhos. Se é desafiante para uma pessoa se cuidar sozinha, imagine se preocupar e responsabilizar-se por outro, levando em consideração todas as necessidades que os mesmos são privados.

A opressão masculina aparece na rua de forma diferente da que surge no ambiente doméstico. Muitas mulheres adotam comportamentos machistas nas discussões, partilhando, no mesmo padrão dos homens, das bebedeiras e do uso de droga. Entretanto, a violência sexual praticada contra elas, marca-as profunda, física e psicologicamente {...}. As mulheres mantem submissão sexual em troca de proteção e pagam muito caro por isso. Seus corpos revelam os traços de “utilidade-obediência” constatados nas instituições repressivas” (SILVA apud TIENE, 2008, p. 149)

Existem diferentes aspectos das pessoas ocuparem espaços na cidade: alguns constroem, outros usam marquises, isso faz com que eles andem muito e conheçam vários espaços da cidade. Durante essas mudanças de locais, são criados novos laços: “[...] percebemos agrupamentos onde estão relacionadas regras de compromisso grupal onde as pessoas são aceitas na condição de igual pela turma. Cada um tem sua função conforme os seus dons havendo um reconhecimento das potencialidades de cada um [...].”(ARAÚJO, 2003, p.12)

[...] Por um lado a organização do espaço físico, por outro, as novas relações criadas nos remetem uma identidade familiar que tem como referência a casa familiar e suas relações. A construção do espaço físico e social na rua nos faz perceber a criação de um novo código de valores que perpassa essa nova visão do mundo, no qual o coletivo, a liberdade, e o não apego norteiam a vida e as relações. Percebemos aqui

uma ambiguidade ou um profundo conflito entre o novo código norteado por novos valores e os antigos referenciais profundamente arraigados nas pessoas. [...] (ARAÚJO, 2003, p.12)

Outro aspecto observado são as dimensões físicas, relacionando a questão de higiene, na grande maioria das vezes, “corpos marcados por várias cicatrizes, a presença de tatuagens e a ausência parcial ou total da dentição.”

“A procura de medico, especialmente um dentista, só acontecem em casos extremos, evitam dormir diretamente no chão, se relacionarem diretamente no relento, segundo eles existem uma negação da relação com os companheiros da rua pelo medo de contraírem doenças sexualmente transmissíveis e a impossibilidade de conseguirem um futuro melhor, o que dificulta um vinculo afetivo mais solido.” (ARAÚJO, 2003, p. 25)

Essa população vive vulneravelmente em situações de riscos, exposta à violência e complicações decorrentes de doenças e também por uso de substâncias químicas. Alguns motivos que afetam a saúde desses sujeitos:

Alimentação incerta e em baixas condições de higiene; Água de baixa qualidade e pouco disponível; Privação de sono; Privação de afeição; Variações climáticas; Cobertura limitada dos serviços de Saúde; Vergonha; Problemas nos pés; Infestações; Tuberculose; DST, HIV e AIDS; Gravidez de alto risco; Doenças crônicas. Saúde bucal; Ausência de autocuidado; Problemas respiratórios (tuberculose, etc.); traumas; problemas de pele; problemas cardiovasculares, insuficiência cardíaca e acidente vascular cerebral; Uso de substâncias tóxicas. Além das situações elencadas, a pessoa em situação de rua está sujeita a exposição a ferimentos, a hemorragia, a pneumonia, a baixa ingestão hídrica, a dor lombar. (MARQUES; OLIVEIRA; LEAL, 2014, p. 52)

Sem contar que, quando doente, o tempo de recuperação é bem maior, levando em consideração a exposição ao frio/calor, a falta de alimentação e de remédios, ocasionando muitas vezes doenças mentais. “Estas condições podem ser ampliadas por fatores políticos, culturais, ambientais, étnico-raciais e de gênero, psicológicos e comportamentais, além do grau de acesso a serviços de saneamento, saúde e educação que influenciam a qualidade de vida das pessoas” (ARAÚJO, 2003, p. 41)

Segundo ainda a pesquisa nacional, já mencionada anteriormente, 69,6% dorme na rua; um grupo menor (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições e apenas 8,3% alternam. Dentre eles, 46,5% preferem dormir na rua, enquanto 43,8% preferem dormir em albergues. Dos que preferem dormir em albergues, 69,3% têm como principal motivo a violência das ruas e 45,2% como segundo motivo o desconforto. Já os que preferem dormir na rua, 44,3% apontaram a falta de liberdade como o principal motivo, o segundo principal motivo foi o horário (27,1%), e o terceiro a proibição do uso de álcool e drogas (21,4%).

É de grande relevância também mencionar a importância que as instituições representam na vida desses sujeitos que são privados de recursos materiais; para muitos é a

única alternativa que possuem um lugar onde podem fazer sua higiene pessoal diariamente, e/ou onde podem realmente descansar e viver temporariamente.

O Albergue São Francisco é uma instituição sem fins lucrativos e que tenta além de acolher esses sujeitos em situação de rua, levá-los a ter uma experiência com o amor de Deus, segue a opinião dos entrevistados sobre a instituição:

a instituição é muito boa, está aqui não porque eu não tenha coragem pra trabalhar, mas porque anteriormente eu era muito solto, ganhava o dinheiro e fazia o que queria então eu me achava muito livre, para ir às festa, e isso atrapalhava porque eu não tenho controle sobre mim mesmo. (MATEUS, 38 anos)

considero um lugar bom, gosto das orações, só que as vezes, dá uma sensação que você não tem liberdade, como se fosse preso, também gostaria que tivesse mais visitas, porque geralmente a família só pode vim no domingo, ai se acontecer algo e não de certo, tem que esperar uma semana. (MARCOS, 36 anos)

André, 58 anos, diz que a instituição é boa, recomenda, mas diz: “tem muitas pessoas que estão lá que “são malandros”, mas gosta de lá sim. Felipe, 38 anos, falou que a instituição lhe deu todo apoio, em todas as vezes que esteve lá, nessa última ele conta que chegou em estado precário, mal ficava de pé, realmente está se recuperando mas que sempre existe desconfiança por parte de todos, mas ele entende que é “normal porque já aprontou muito.” Já Saulo, 34 anos, afirma:

Embora ansioso para reconstruir sua vida, me sento grato à instituição, que me acolheu, que me deu comida, bebida, um lugar pra dormir,, quando cheguei perguntei se era um presidio, mas porque nunca tinha visto algo antes, não sabia nem se existia, mas é um ótimo lugar.

Daniel, 43 anos, disse que foi muito bem acolhido, desde a primeira vez em que esteve no Albergue e se identificou com tudo, em especial com a religiosidade da casa, e hoje sente falta de todo o direcionamento que existia anteriormente, de oração, estudo bíblico, lá foi onde o mesmo teve uma “experiência com Deus”, na segunda vez ele disse que já procurou a instituição porque sabia que lá era um “lugar de salvação”, ele precisa voltar, e hoje realmente ele busca essa intimidade com Deus.

Sabemos que nessas instituições existem regras que precisam ser obedecidas, pois nesses espaços geralmente existe a ausência total de autonomia. É importante também saber as condições em que essas instituições se encontram os profissionais que possuem e quais as estratégias que são utilizadas para a reintegração desses sujeitos à sociedade.

Hoje a instituição, como mencionado anteriormente, vive com bastantes dificuldades financeiras, os trabalhos domésticos são executados pelos albergados, e realmente existem regras que precisam ser seguidas, como é informado no dia em que os sujeitos entram e concordam com as mesmas. Sobre as normas eles relatam: “aqui eu trabalho, gosta de

participar dos momentos de orações que tem diariamente, tenho o trabalho da casa, mas também fabrico pra fora, e minha família vem sempre me visitar.” (MATEUS, 38 anos)

Marcos, 36 anos, relata “na instituição tem que cumprir as regras, durante o tempo em que estou aqui, tó conseguindo me controlar, por vontade própria, porque quando eu digo que faço uma coisa, eu cumpro.” André, 58 anos, diz que se acha livre, sai na hora que quer, tira o dinheiro, compra as coisas dele. Contudo, Felipe, 38 anos, já diz que hoje pede, mas sempre que precisa realmente sai pra ir ao médico, para pegar remédios.

Saulo, 34 anos, diz que depois que entrou já viu várias pessoas saindo, porque descumprem as regras: “os meninos dizem que vão ao médico ou à farmácia e voltam drogados”, e diz que não fará isso porque quer “ajeitar sua vida”. Felipe, 38 anos, diz que hoje se sente bem, vai para os grupos de auto ajuda, para o grupo de oração, que realmente está encarando sua presença no Albergue como um tratamento, e que se sente muito bem.

“Enfim, não podemos deixar de lado ainda o fato que essas pessoas são frutos de um processo sócio-político-cultural-econômico do país. Este processo mutante por natureza reformula a concepção de vida, altera relações, hábitos, provoca enfim, mudança de perfil da população.” (MARQUES; OLIVEIRA ; LEAL, 2014, p.33)

As pessoas em situação de rua se apropriam dos espaços públicos da cidade, embora eles tenham experiências e valores diferentes, ou seja, existe uma diversidade de ponto de vista e compreensão de mundo, particularmente. Ao discutir gosto de classe e estilos de vida Bourdieu (1983, p.82) afirma que:

as diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistema de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. Trazendo essa discussão para o universo da população de rua é possível assinalar que em suas várias formas de instalação nas ruas, os sujeitos desse universo estão revelando suas percepções e interpretações não só dessa vivencia, mas visões do mundo. Isto é, as atitudes, classificações e usos diferenciados dos espaços revelam a heterogeneidade, são a expressão de diferentes visões do mundo. (ARAUJO, 2003, p. 2)

Existem grupos diferenciados, embora partilhem da mesma vulnerabilidade, dentro da sociedade; eles categorizam o mundo ao seu redor de maneira distintas porque ocupam posições diferentes, ou seja, existe a consciência do estigma:

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vinculasse à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. (SILVA, 2006, p. 95)

As referências estão baseadas em valores socialmente aceitos, como a sobrevivência adquirida no mercado formal de trabalho e a moradia mantida através desse trabalho. Os valores morais estão associados ao chefe da família, que trabalha de forma honesta, que está em uma situação contrária à marginalização. Assim,

A sociedade capitalista reconhecendo como socialmente legítimas as atividades do mercado formal de trabalho não confere visibilidade positiva às pessoas e às atividades que lhes permitem sobreviver, mas que não se encontram formalmente registradas em tal mercado. Assim, a população de rua como um todo não se enquadra no que se denomina como ética do trabalho honesto, pois este pressupõe a compra e a venda da força de trabalho e sua realização no mercado formal. (ARAUJO, 2003, p.7)

A visão que domina a sociedade capitalista não aceita a diferença, ou você vende sua força de trabalho, ou está fora, como se isso fosse determinante para o sujeito e a maioria da população em situação de rua não se enquadra nesse modelo de trabalho, não sendo suas atividades reconhecidas como legítimas.

Não existe um tempo certo para esses sujeitos estarem em determinado “lugar”, eles podem passar dias ou apenas pernoitar. “A partir do momento que as ruas são adotadas como espaço de moradia, as referências de vida social são aquelas travadas no cotidiano de quem vive a rua não somente como lugar de passagem, mas de permanência, mesmo que temporária.” (DAMATA, 1997, p.12)

Podemos questionar como se dão as referências sociais e coletivas, desses sujeitos, será que se perderam no tempo junto com sua dignidade e auto estima? O que hoje importa é a sobrevivência diária, numa sociedade que reconhece como certo, o sujeito que trabalha e mantém a si e a sua família. Então, qual a relação existente entre a casa e a rua?

Quando digo então que “ casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente e inspiradas. (DA MATTA, 1997, p.15)

Alguns dados para complementar e para demonstrar a realidade da população em situação de rua: 29,7% afirmam ter algum problema de saúde e 24,8% não possuem quaisquer documento de identificação.

É bastante desafiador guardar documentos quando se está exposto, alguns dos sujeitos da pesquisa (André e Felipe) chegaram ao Albergue sem documentação, os mesmo disseram que perderam na rua, hoje eles já receberam alguns documentos que foram retirados após sua chegada na instituição.

Fortaleza foi uma das cidades pesquisadas e, segundo os dados, haviam 1701 pessoas nessa situação no período de 2007 a 2008, somente na capital. Seguem alguns dados:

De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza, o número de moradores de rua cresceu seis vezes na capital, nos últimos três anos. Em 2008, eram acompanhados pelos serviços de atendimento à população de rua, cerca de 235 pessoas (adultos acima de 18 anos). Em 2011, este número subiu para 1.688 pessoas. (MARQUES; OLIVEIRA; LEAL, 2004, p. 22)

O quantitativo das pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza tem aumentado constantemente, em especial as do sexo masculino, com baixo nível de escolaridade e por não conseguir suprir sua família.

Os moradores de rua já não são mais pessoas oriundas do interior do Estado do Ceará, que chegavam à cidade fugidos dos longos períodos de estiagem. Ao contrário, são pessoas nascidas na própria cidade e/ou vindas de outros estados do País. Destacamos que o maior percentual dos moradores de rua é do sexo masculino. Suas famílias são, em sua maioria, chefiadas pela figura feminina e oriundas de bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano e possuidoras de baixo nível de escolaridade. A maioria exerce algum tipo de atividade que lhes garante a sobrevivência diária (MARQUES ; OLIVEIRA; LEAL, 2014, p. 21)

Então como a sociedade percebe a população em situação de rua? Esses sujeitos sofrem um processo de exclusão, são impedidos de se relacionar nos contextos sociais marcados pela desumanização (pessoa isolada, impessoal), estigmas, violência, repressão e segregação, havendo casos de morte. Estão sempre se adequando a novas regras de convivência e comportamentos pela necessidade de sobrevivência.

Assim sendo, a maioria dos autores que escrevem sobre a população de rua enfatiza questões como o desemprego, os reflexos da crise mundial, as mudanças estruturais da economia, a crise social provocada pelo crime organizado e o tráfico de drogas e a ideologia neo-liberal, entre outros, como fatores que explicam (e no mais das vezes justificam) a existência de pessoas que se encontram fora do mercado formal de trabalho e que se utilizam do espaço público como local de moradia. (MENDES, 2007, p.4)

A população em situação de rua é forjada a criar novas formas de se relacionar, para poder sobreviver e conviver em grupos, estabelecendo novos mecanismos para encarar a realidade. Na rua, essa população redefine seu comportamento, reproduzindo um novo arranjo familiar, estabelecendo vínculos, eles dormem no mesmo lugar, fazem suas refeições nos mesmos pontos. Todos possuem uma história de vida que, por motivos diversos, levaram a essa situação, embora possuam uma característica em comum que é seu estado de pobreza, quase sem oportunidade de inclusão.

5. CAPÍTULO IV – MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS DA EXCLUSÃO SOCIAL E DA POBREZA NO BRASIL

A temática pobreza tem sido motivo de intervenção social, pela sua emergência e consequência que causa repercussão em todo país. Definir a pobreza na contemporaneidade é falar sobre o modo de produção capitalista que no seu processo de reprodução gera injustiça, desigualdade de renda entre as classes, causando um processo de exclusão que muitas vezes é delimitado apenas como insuficiência de renda. É necessário perceber que a riqueza socialmente produzida é distribuída de forma desigual, que não existe acesso aos serviços básicos, aos direitos fundamentais, ao trabalho formal e conseqüentemente uma renda digna, causando a ausência de participação social e política.

Neste capítulo descreverei sobre a exclusão social, que é consequência da desigualdade social, finalizando abordando a pobreza no Brasil e os programas desenvolvidos pelo Governo para erradicar esse fenômeno no País.

5.1 Exclusão Social e suas Facetas

A exclusão social é resultado de todo processo histórico, econômico e social. Segundo Sposati(1999), existe uma diferenciação entre exclusão social e a pobreza.

Considero que há uma distinção entre exclusão social e pobreza. Por conter elementos éticos e culturais, a exclusão social se refere também à discriminação e a estigmatização. A pobreza define uma situação absoluta ou relativa. Não entendo estes conceitos como sinônimos quando se tem uma visão alargada da exclusão, pois ela estende a noção de capacidade aquisitiva relacionada à pobreza a outras condições atitudinais, comportamentais que não se referem tão só à capacidade de não retenção de bens. Conseqüentemente, pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, opção homossexual, é velho etc. A exclusão alcança valores culturais, discriminações. Isto não significa que o pobre não possa ser discriminado por ser pobre, mas que a exclusão inclui até mesmo o abandono, a perda de vínculos, o esgarçamento das relações de convívio, que necessariamente não passam pela pobreza.(SPOSATI, 1999, p.12)

Existe uma hierarquia no processo de produção capitalista, que prolifera a reprodução da desigualdade, uma expressão que deveria ser inadmissível socioeconomicamente. A injustiça social que vivenciamos nos centros urbanos relata a disparidade social nas diversas formas de construção da vida da população, expressa de inúmeras maneiras:

A desigualdade sócio espacial constatada pela diferenciação dos acessos a equipamentos e serviços de infraestrutura básica evidencia-se por toda a malha urbana da cidade e é retratada na paisagem urbana da metrópole. De acordo com Carleial e Araújo (2010, p. 51), —A cidade é a materialização das desigualdades sociais nos diversos modos de morar, de trabalhar, de locomover-se, de acesso à

infraestrutura e ao lazer. É espaço das lutas e contradições, expressas tanto nas manifestações formais quanto no próprio movimento da vida que vai sendo tecida diariamente, dois elementos fundamentais da composição da paisagem urbana. Um dos aspectos que mais nos chamam a atenção na paisagem urbana é o choque das diferenças. (CARLOS, 2008. p. 50).

As diferenças de classe, de cor, de raça e oportunidades, criam um abismo e um déficit com determinado setor da população, sabemos que durante todo o processo histórico, sempre existiram pessoas que tiveram seus direitos negados em detrimentos da posição que ocupavam. Manuel Bandeira, já em 1940, retratou isso:

em seu poema “O Bicho” uma situação que perdura até os dias atuais: Em um relatório da ONU – Organização das Nações Unidas, que foi divulgado em julho de 2010, o Brasil aparece como o país com o terceiro pior índice de desigualdade social no mundo. Esse estudo aponta, como principais causas dessa desigualdade, a falta de acesso à educação de qualidade, a existência de uma política fiscal injusta, baixos salários e dificuldade da população em desfrutar de serviços como saúde, transporte público e saneamento básico (UN, 2010). Essas desigualdades fazem com que apenas um grupo privilegiado possa usufruir os direitos mais fundamentais dos seres humanos. O direito a ter uma moradia digna não é aplicado a toda sociedade brasileira. Muitas pessoas vivem de forma irregular, em favelas, áreas de risco ou local insalubre. Mais de 50% das pessoas, no Brasil inteiro, vivem sem o serviço de coleta de esgoto, sendo obrigado a viver no meio de dejetos, o que pode prejudicar sua saúde. E falando em saúde, não é raro assistir pessoas aguardando horas, e até dias, em filas de hospitais para serem atendidos. O mesmo descaso ocorre no serviço público de educação, em que professores são mal remunerados e as escolas apresentam estrutura física precária. (MONTEIRO, 2011, p. 41)

Assim, é formada a outra parte da cidade, que conhecemos como periferia, constituída de pessoas que têm seus direitos negligenciados, que quando chegam a ter casas, são inacabadas, sem saneamento, energia elétrica, água encanada, sem segurança, transporte público e geralmente dentro de uma zona de conflito, gerada pelo uso de drogas e violência, diminuindo as oportunidades de desenvolvimento pessoal:

Numa concepção de capacidade, a privação de uma vida relaciona-se não só com o estado de empobrecimento em que a pessoa vive, mas também, com a ausência de oportunidades reais- devidas tanto a constrangimentos sociais como a circunstâncias pessoais – para levar uma vida com valor e estimada. Na concepção de capacidade focam-se(...) [os” funcionamentos”] que uma pessoa pode ou não desenvolver, dadas as oportunidades que têm. (ÚGA, 2011, p. 225)

A comunidade, que vive uma privatização generalizada, acaba se organizando como uma sociedade paralela, com seus hábitos, costumes, valores e até hierarquias. Com essas características, com uma formação social específica, acabam vivendo uma reprodução da pobreza, onde precisam ser atendidos pelo Estado, mesmo de forma extremamente ineficiente, ao mesmo tempo em que se confronta com o mesmo, são excluídos do sistema econômico formal, vivem em região de alta densidade demográfica, onde são obrigados a criar estratégias para sobreviver.

Contudo, embora vivenciando todas essas mazelas, percebemos que os gastos sociais, especialmente da seguridade social, tiveram um grande crescimento, como mostram os dados a seguir:

Atualmente, por exemplo, o gasto agregado nacionalmente no país se aproxima ao equivalente a 23% do PIB, o que significa quase 10 pontos percentuais a mais do verificado em 1985(13,5%). Ou seja, de cada quatro reais gastos no país, um vincula-se diretamente ao enfrentamento da questão social brasileira. (CAMPOS et al., 2015, p. 22)

O problema da exclusão social surgiu há séculos, junto com outros problemas estruturais, no entanto “[...] a pobreza e suas mazelas pareciam fatos tão enraizados na sociedade brasileira, que sua superação parecia exigir transformações profundas na estrutura econômica nacional e na composição das forças políticas no país. [...] (CAMPOS et al., 2015, p. 26)

Os dados abaixo mostram que, na última década, o país avançou, contudo são necessárias políticas sociais, que possibilitem o acesso a qualquer indivíduo.

Em 2000, por exemplo, havia 1.898 municípios brasileiros com mais de 69,92% dos seus domicílios com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Este número representava 35% de todas as cidades do país. A situação era tão preocupante que 60,3% dos municípios brasileiros tinham mais da metade dos seus domicílios com moradores vivendo com até meio salário mínimo mensal. Desses 60,3% cidades e 3.322 municípios, 53,3% estavam localizados na região Nordeste e 12,6% na região Norte. (CAMPOS et al., 2015, p. 34)

O cenário do Brasil em 2010 já está um pouco melhor:

Houve redução de 38,3 % no número de municípios com mais de 50% dos seus domicílios habitados por pessoas com renda até meio salário mínimo por mês. Agora eram 2.046 cidades nessas condições. Deve ser observado, porém, que na região Nordeste deste, mesmo reduzindo o número desses municípios com elevado grau de pobreza domiciliar, de 1.769 em 2000 para 1579 em 2010, foi a que menos avançou nesse quesito, concentrando agora em seu território 77,2 % das cidades com 50 % ou mais das casas eram habitadas por pessoa com renda de até meio salário mínimo mensal. (CAMPOS et al., 2015, p.35)

As informações revelam um país com elevado grau de exclusão social e, principalmente, muita desigualdade do ponto de vista regional. Embora tenha havido um crescimento significativo, em comparação com o histórico de desigualdade social, é necessário que haja políticas públicas efetivas para que esse quadro continue mudando e gerando bem estar a todos os cidadãos.

Falando em nível regional, ao andarmos em Fortaleza, podemos perceber que a cidade é formada por uma vasta desigualdade em vários segmentos como: habitação, educação e saúde.

Fortaleza cresce economicamente, mas carrega em si as marcas das desigualdades sociais. Há concentração de riqueza, ao mesmo tempo em que aumenta o número das áreas faveladas, a miséria, o desemprego e a violência urbana. Crescem os desequilíbrios e os conflitos sociais. —A cidade, ao mesmo tempo em que se apresenta de forma dinâmica e com setores de alto padrão, mostra também sua face miserável, tornando-se a expressão da contradição. (COSTA, 2007, p. 94).

A cidade urbana é resultados dos atores que nela, Fortaleza com suas inúmeras paisagens, revela-se com uma grande área de risco, as comunidades estão espalhadas por toda cidade, não sendo expressão de pobreza apenas em determinado bairro, mas também em bairros nobres, em meio aos redutos da riqueza.

As pessoas em situação de rua não ficam foram dessa paisagem que muitos desejam negar, elas estão notoriamente, nesses espaços urbanos, à procura de alimentação, de algum espaço para tomar banho e dormir, e esse quantitativo só aumenta, segundo as referências abaixo:

Os dados dos serviços de atendimento aos moradores de rua da Prefeitura Municipal de Fortaleza demonstram que, em três anos, o número de moradores de rua cresceu seis vezes na capital. Isso significa dizer que, em 2008, os serviços de atendimentos oferecidos a estas pessoas acompanhavam 235 moradores de rua. Já em 2011, até o momento, o atendimento é de 1.688 moradores de rua (JORNAL O POVO, 16/8/2011).

Essa população é formada por pessoas profundamente marcadas pelo abandono e pela violência. Essas marcas se tornam visíveis em seus corpos, em suas falas ou em seus silêncios. É necessário que haja uma mudança e não apenas de forma paliativa, mas contínua e que consiga responder às demandas desses sujeitos:

As políticas sociais devem se efetivadas de modo permanente. Somente assim será possível promover a inclusão social e superar as desigualdades, avançando na concretização dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais, com a realização do princípio da igualdade. Não é possível pensar em combater a desigualdade social, sem aplicar mais recursos para educação. Nunca conseguiremos combater a desigualdade social nas grandes cidades, sem uma reforma urbana, que viabilizem o acesso à moradia digna para os mais pobres, combatendo a especulação imobiliária, que contribui para o aumento da desigualdade. Tudo isso é uma luta pela implementação dos direitos humanos: o direito à educação, o direito ao uso adequado da terra e o direito à moradia digna são expressão dos direitos humanos. Mas não podemos esperar que toda a mudança das situações descritas ocorra somente por vontade dos governantes. (VAZZOLER, 2013, p.15)

É necessário que tenha políticas permanentes, que promovam a inclusão de todos e gere a concretização dos direitos, principalmente os fundamentais. Contudo, todos, tanto o poder público como a sociedade civil, precisam participar ativamente, na construção de uma sociedade mais justa. Como isso pode ocorrer?

Cada cidadão tem sua parte na luta e na concretização de uma sociedade mais justa e mais igual. É muito importante que haja uma mudança de consciência e da percepção social de toda a sociedade. A nossa Constituição determina que os homens e as mulheres sejam iguais em direitos e obrigações. Os negros devem ter as

mesmas oportunidades que os brancos e as atitudes preconceituosas devem ser combatidas e reprovadas na sociedade. Não podemos admitir piadas racistas que diminuam o negro enquanto ser humano. A reprodução impensada desses comportamentos é o que perpetua o preconceito e acentua as diferenças sociais, que tanto queremos combater. Até mesmo, porque a Constituição do Brasil prevê que a prática de racismo é crime. A participação popular na política deve ser mais efetiva. O voto não é a única forma de interação com os governantes, que acontece somente de quatro em quatro anos. Reclamar e reivindicar direitos deve fazer parte de nosso cotidiano. Existem espaços de participação popular, como conselhos e conferências, que devem ser preenchidos. Exigir informações sobre as políticas públicas implementadas é um direito previsto em lei. Organizar a comunidade para protestar e se manifestar também é um direito humano previsto na nossa Constituição. (VAZZOLER, 2014, p.14)

É importante que todos os espaços possam ser ocupados pela população, para reivindicar os seus direitos, os mesmo já existem, mas é necessário que deixe de ser algo formal (lei escrita) e se concretizem, no cotidiano de todos.

5.2 O Brasil é um país pobre?

Comparado aos países industrializados, o Brasil não é um país rico, mas, equiparando a outros países em desenvolvimento, estaria a princípio, entre os que apresentam melhores condições de enfrentar a pobreza de sua população.

Em pleno século XXI, podemos constatar que o Brasil não é um país pobre, mas extremamente injusto essa realidade esta explícita na pobreza de muitos, e combater esse fenômeno é algo obrigatório de uma sociedade moderna, que se diz isenta de discriminação, mas onde podemos perceber essas questões?

Após verificarem que as questões de gênero, de raça, de origem, de idade, todas constituintes de problemas sociais de séria gravidade convergem ao problema da pobreza e da desigualdade econômica. É nestas circunstâncias que mulheres, negros, índios, velhos, crianças, deficientes, migrantes e imigrantes compartilham em geral de desigualdades comuns à carência econômica e não raro à pobreza absoluta: a desigualdade de saúde, de moradia, de ocupação social, de bem-estar e, traço comum, a desigualdade política. A pobreza, nas suas feições de desigualdade de renda e de acesso a recursos, repercute claramente na participação política. Barreiras efetivamente sólidas se acumulam, obstando a participação na democracia e aprofundando os problemas que fazem dissolver a integração social. (ARZABE, 2013, p.22)

O Brasil é um país que tem seu desenvolvimento histórico tardio, a pobreza não é exclusiva de uma determinada região do país, em especial do Nordeste, como todos pensam. Ela existe em quase todas as regiões, principalmente próxima aos grandes centros urbanos existem periferias com população que vive em extrema pobreza. Afinal o que é pobreza?

É um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa visão ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual o nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto econômico. Em última instância, ser pobre, significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive. (ROCHA, 2003, p.10)

No atual contexto social, o “pedinte” e “mendigo” são considerados “desequilibrado” e anormal”, pois sua realidade vai contra o pensamento ético da sociedade que está alicerçado no trabalho, na produção e acúmulo de bens. Segundo Saulo, 34 anos, após a perda do seu trabalho, vive situações extremamente constrangedoras, a mendicância lhe causava vergonha, tristeza, lhe fazendo sentir extremamente humilhado.

A formação da mendicância como uma forma alternativa de vida revela as contradições da ideologia liberal, defendida pela sociedade em questão, que se diz livre e proporcionadora de igualdade de oportunidade para todos. A presença da miséria, da pobreza, do mendigo provoca a emergência das contradições advindas das relações de produção e da forma como se dá a divisão do trabalho. (FLORA, 1987, p.15)

Acredito que a realidade da pobreza nos mostra objetivamente que o modelo de sistema que vivemos gera uma desigualdade de oportunidade. A esse respeito, Marcos, 36 anos, nos fala sobre a discriminação: “muita gente pensa que só porque o pessoal usa droga, vai roubar quem nunca pecou que atire a primeira pedra, a gente já nasce do pecado, como é que vamos julgar o povo?”. Já Felipe, 38 anos, diz que algumas pessoas até ajudam, e isso acaba viciando, contudo acredita que a maior discriminação é a que cada um tem de si mesmo.

Então considerar a pobreza como desvio social ou patológico, é uma visão individualista e centralizada, que reproduz uma sociedade antidemocrática, onde cada cidadão se preocupa apenas com seu bem estar, esquecendo que os direitos assegurados são para todos.

Assim, tomando-se a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão (1789) como marco simbólico da “fundação” dos direitos humanos na modernidade, emerge esta indagação: passados mais de dois séculos, os direitos enunciados naquela Declaração (e mais os que a eles se adicionaram historicamente) podem ser dados por consolidados, ou as resistências que continuam experimentando, somadas às greves e repetidas violações em incontáveis países, apontariam em sentido oposto? (FORTI; BRITES, 2013, p. 11)

O que temos no país é um contingente que sempre esteve à margem da sociedade, sendo excluído de todo processo de construção da mesma, formando uma população extremamente marginalizada no ponto de vista econômico e social, produzindo trabalhadores

autônomos, informais e muitas vezes com salários irrisórios, que os levam a uma vida precária, situação essa que vem se arrastando de geração a geração. A população em situação de rua é um exemplo nítido, a maioria sempre desempenhou alguma atividade laboral e, com o tempo, foram perdendo o direcionamento e hoje vivem, em sua maioria, nos centros urbanos, em uma vida precária.

A falência do desenvolvimento no Brasil proporcionou a formação de um cenário de crise social permanente. As expressões mais nítidas desse processo são encontradas nos grandes centros urbanos onde o crescimento do desemprego, da favelização e da criminalidade contribuem para a formação de um cenário típico de sociedades pós-catástrofe. (KURZ, 2004) (FORTI; BRITES, 2013, p. 117)

No caso do Brasil, essa pobreza está diretamente ligada à ausência dos direitos fundamentais, à falta de saúde, de moradia e de educação violando assim os direitos humanos. O Estado está cada vez omissivo, preocupando-se apenas com uma pequena parcela da população.

A situação de pobreza viola, a um só tempo, os direitos civis e políticos, assim como os econômicos, sociais e culturais. A pessoa destituída de recursos, que se encontra além do estado de vulnerabilidade ou de precariedade não tem elementos próprios e meios para dar início ao exercício de seus direitos fundamentais e, muitas vezes, sequer sabe de sua existência enquanto tal. Por isso, o pobre, expressão adjetiva que se substantivou, é vítima de numerosas violações de direitos humanos e sequer se dá conta disso, sobretudo quanto aos direitos econômicos, sociais e culturais. Quanto aos direitos civis e políticos, a despeito de sempre violados, existe ao menos a consciência da violação, sendo ela mais um elemento a confirmar na pessoa o sentimento de impotência e aniquilando ainda mais seu auto-respeito e o respeito que os outros poderiam - porque já não podem - ter por ela. (ARZABE, 2013)

Felipe, 38 anos, ao mencionar sobre sua trajetória de vida, enfatizou que após receber alta do hospital, foi levado ao CentroPop, onde já estava encerrado seu horário de atendimento e foi solicitado que retornasse na segunda-feira, o mesmo viu a ambulância sair não lhe restando outra opção, o mesmo teve que ficar na rua. Grande parte da população não conhece seus direitos, e os poucos que conhecem, diante da vulnerabilidade e exclusão, se sentem incapazes de exigir que os mesmos se concretizem. Mas e as normas, não se materializam?

E certo que essa proliferação de normas protetivas dos direitos humanos ocorreu quase inteiramente a partir do segundo pós-guerra mundial, o que a torna historicamente recente. Ademais, ela certamente diz pouco a respeito de sua real efetividade social – em muitos casos, como visto antes, sua efetividade era e continua sendo pouco menos do que nenhuma. Todavia, por inefetivas que sejam essas normas, temos de admitir que, sem elas, a vida no mundo poderia, provavelmente, estar muito pior. A expansão e diversificação, nos âmbitos nacionais e internacional, de leis e instrumentos para a promoção e defesa dos direitos humanos, constitui melhor dizendo, parecia constituir – um sinal de que essa esfera do direito vinha, ao menos, ganhando respeitabilidade e consenso político entre os

Estados e que, ao menos, certa parte dessas poderia ser tomada como arma de autodefesa das pessoas. (FORTI; BRITES, 2013, p. 15)

“No Brasil, a problematização do debate acerca dos direitos humanos ainda é muito incipiente, apesar de nos últimos anos ser um tema bastante abordado nas agendas dos movimentos sociais e dos governos do século XXI”. (FORTI; BRITES, 2013, p. 153) Embora tardia, e ocorrendo após um longo período de ditadura, ainda hoje existem muitos cidadãos que se sentem oprimidos, marginalizados e discriminados. É importante que esse discurso e debate se alarguem por todos os espaços.

Se ampliarmos os horizontes de nossas reflexões, veremos que a base da construção da agenda dos direitos humanos no Brasil é tardia e remete diretamente ao terrorismo de Estado do final do século XX relacionado à questão da ditadura militar, que dizimou e encarcerou centenas de vidas (dos sujeitos de distintos projetos societários que lutavam por um país democrático) nos duros e longos 21 anos em que vigorou. Vale lembrar que o tema da violação dos direitos humanos foi um dos pontos mais importantes da agenda política no período de transição para democracia em diferentes países da América Latina. Entretanto, essa importância foi diferenciada de país para país. No Brasil, por exemplo, a questão das violações e a descoberta de uma nova postura na valorização dos direitos humanos não encontraram a mesma força que em outros países. (FORTI; BRITES, 2013, p. 153)

Se nos dirigirmos a qualquer local do país ouviremos relato de um governo, empresários, burguesia, ou seja, de determinada classe que mantém o poder em função dos seus próprios interesses. Na verdade, seguindo suas próprias regras, o capitalismo no Brasil nos condiciona a um jogo de inclusão e exclusão ao mesmo tempo, isso porque:

O expansão do capitalismo no Brasil no pós-guerra e a direção da economia, resultou na exploração da mão de obra dos proletariados, que se submeteram ao trabalho escravo, com remuneração irrisória, gerando assim ao mesmo tempo o enriquecimento de poucos e o aumento da miséria. Porém, poucos se tornam pedinte, na maioria das vezes fazem “bico”, ou vivem com ajuda de parentes e amigos. “Se, na verdade, a pobreza sempre exclui, não é menos verdadeiro afirmar-se que a mesma assume formas próprias dentro de cada momento da história humana.” (FLORA, 1987, p. 18)

É necessário romper com o mito que a industrialização trouxe igualdade para todos, essa não é uma questão de simples ponto de vista, mas uma expressão que precisa ser compreendida a partir de um sistema que gera explorados e exploradores. É inquestionável o contexto que reproduz uma diferenciação nas estruturas da sociedade.

É indiscutível que no contexto da sociedade burguesa os Direitos Humanos se afirmam a partir da universalidade. Entretanto, a universalidade que propõe “esbarra em limites estruturais da sociedade capitalista: uma sociedade que se reproduz através de divisão (do trabalho, de classes, do conhecimento, da posse privada dos meios de produção, da riqueza socialmente produzida”)(BARROCO, 2003,P.11). O momento que vivenciamos no Brasil de hoje representa uma situação histórica de diferentes aprofundamentos de abismos: entre a desigualdade e a liberdade, entre a riqueza e a pobreza, que atingem níveis nunca vistos: a miséria de milhares em favor da riqueza de poucos; logo, uma situação de perda relativa de conquistas no campo dos Direitos Humanos, assim caracterizada. (FORTI; BRITES, 2013, p. 166)

O acúmulo de riqueza esta diretamente ligada ao aumento da pobreza, fazendo-se necessária uma análise conjunta nos setores da economia, político e social. Na dinâmica que segue o que acontece é que os pobres a cada dia ficam mais pobres, já que o monopólio esta apenas nas mãos de poucos.

Por um lado, tem-se a produção industrial, controlada pelo capitalismo monopolista, constituindo a modalidade hegemônica, cuja características é a aplicação de tecnologia sofisticada, capaz de promover altos índices de produtividade com imensa exploração de mão-de-obra; de outro, a deterioração de outros ramos da economia que constituem um amplo e deprimido pólo marginal da economia, onde se refugia a mão-de-obra não absorvida pela produção industrial por não ser funcional e, portanto, desnecessária. (FLORA, 1987, p. 33)

Essa população que não consegue adentrar no mercado de trabalho faz parte do exército industrial de reserva e sua existência acaba favorecendo a diminuição dos salários na medida em que estão disponíveis para o mercado. Aqui podemos identificar a população em situação de rua, objeto deste trabalho, sujeitos de uma expansão do sistema capitalista, voltado para acumulação e exploração de uma classe. Como nasce esse exploração? Segundo Arazabe, (2003, p. 25)

A situação econômica desfavorável de uma pessoa ou de um grupo maior ou menor de pessoas se dá em virtude da natureza das relações presente numa sociedade e pelas racionalidades que a dominam, em especial quando presentes mecanismos e práticas de exploração econômica, social e cultural. Tais mecanismos se verificam concomitantemente nas três esferas e se acham entranhados na sociedade a ponto de serem considerados padrões normais de relacionamento entre os grupos, dificultando a transformação social e a emancipação pessoal de cada um desses membros submetidos ou excluídos

As características pessoais, de personalidade são sempre apontadas, como principal motivo da mendicância, tornando-se um obstáculo para se desenvolver. Muitos veem no povo nordestino, um povo acomodado e que isso interfere na economia, ou seja, a dimensão social se explicaria apenas na economia. Sobre esse assunto, existem opiniões diversas, como relata Flora (1987, p. 28):

O principio da integração, fundamenta-se em Durkheim, na concepção da solidariedade, elemento principal no pensamento deste autor que explica que os componentes da realidade social articulam-se orgânica e funcionalmente. Em contrapartida à regularidade supostamente natural da vida social, defendida pelo princípio durkheimiano, para Marx a realidade social é analisada como história. A vida social, então, é compreendida como realidade constantemente transformada pela participação involuntária das pessoas.

O modo capitalista é totalmente excludente, neste ponto podemos entender que a exclusão social não é um fenômeno novo, pois a mesma está ligada ao processo de acumulação.

O pauperismo faz parte das despesas extras do sistema capitalista, que serão pagas através da extração da mais-valia. Constitui a categoria das pessoas capacitadas para o trabalho, mas que não trabalham, órfãos e filhos de pobres que são absorvidos pelo exército ativo nas épocas de expansão e os degredados, despojados e incapazes para o trabalho. (FLORA, 1987, p. 34)

O crescimento do capitalismo, produz uma população que se volta para a modernidade, ou seja, as pessoas trabalham para a expansão do capital, conseqüentemente, quanto mais o sujeito acumular bens, mais trabalha e submete, às imposições do capital. Mas o que o dinheiro representa?

A natureza do dinheiro tem sido amplamente discutida em sociologia e constitui obviamente uma preocupação permanente da economia. Em seus primeiros escritos, Marx falava do dinheiro como “a prostituta universal”, um meio de troca que nega o conteúdo dos bens e serviços substituindo-os por um padrão impessoal. O dinheiro permite a troca de qualquer coisa por qualquer coisa, a despeito dos bens envolvidos partilharem quaisquer qualidades substantivas em comum. Os comentários críticos de Marx sobre o dinheiro prenunciam sua distinção subsequente entre valor de uso e valor de troca. O dinheiro torna possível a generalização destes, devido a seu papel de “pura mercadoria”. (GIDDENS, 1991, p. 32)

O capitalismo faz com que as necessidades sejam criadas e estimuladas, o consumo muitas vezes é condição de inclusão, portanto manter a população endividada faz com que a mesma trabalhe mais, reproduzindo assim o processo de alienação. “Por um lado, esse processo provocou um acréscimo súbito de riqueza, que atingiu níveis jamais vistos. Mas esta riqueza ficou concentrada nas mãos dos empresários, ou da classe burguesa se se preferir.” (FILHO, 2010, p. 60)

Essa disparidade de classes torna uma sociedade totalmente desigual, em que há pessoas extremamente ricas em detrimento de outras extremamente pobres. A classe trabalhadora ficou em situação de miséria, o trabalho se tornou apenas uma mercadoria, como qualquer outra, sem falar que as máquinas também reduziram o número de trabalhadores, gerando a massa de desempregados, conseqüentemente, a vulnerabilidade gera necessidades e violência.

Direta ou indiretamente, a violência se alimenta das desigualdades. E a desigualdade em escala global ampliada, e em ritmo acelerado, produzida pela globalização hegemônica neoliberal, expande a exclusão social, a precarização da vida, por meio da abstenção do Estado da responsabilidade pública social, sendo uma pré-condição para a generalização e fragmentação da violência. (FORTI; BRITES, 2013, p. 138)

Estamos enfrentando um dos períodos mais difíceis na história do país, a violência tomou conta das cidades, evidentemente de forma mais direta nas comunidades, onde diariamente são assassinados jovens em sua maioria negros e pobres. A população mais pobre é atingida diretamente como consequência da exploração e da vulnerabilidade, mas essa violência se tornou banal?

Violência nunca se apresentou de forma tão disseminada e como uma realidade tão presente como nas sociedades contemporâneas. Passou a ser um conceito central para o entendimento das relações sociopolíticas, da vida social e cultural, das políticas e das relações internacionais. Passou a ser uma realidade que se generalizou sem os balizamentos conhecidos anteriormente. Uma violência que se expressa de diferentes formas, que se expande por diferentes espaços da sociedade, muitas vezes sem causa aparente. Violência que aparece nos meios de comunicação social, nos espaços públicos e privado, nos bairros periféricos das grandes cidades, nas áreas excluídas e nas áreas integradas do espaço urbano, nos campos, nas instituições escolares, nos transportes, nas práticas esportivas de massa (especialmente o futebol), nos processos eleitorais etc. Violência que cria um ambiente de medo e insegurança, em que as suas diferentes expressões são encontradas nos diferentes espaços sociais. Estamos falando, portanto, de um processo de banalização da violência, possibilitando o fortalecimento de uma cultura de violência. (ARENDT, 1999) (FORTI; BRITES, 2013, p. 136)

“Segundo o sociólogo Francês Michel Wieviorka, a violência não é um fenômeno estático, esta em permanente transformação, não sendo a mesma de um período histórico para outro.”(WIEVIORKA,1997) (FORTI; BRITES, 2013, p. 136). Portanto,

A violência se expande a partir dos novos processos econômicos que levam à exclusão e ao aumento da miséria, como também se desenvolve no quadro de fragmentação cultural estimulada pela globalização econômica. A globalização econômica hegemônica e o seu correlato cultural de difusão de valores produzem padrões existenciais uniformizados, homogeneizando culturalmente todo o mundo. (FORTI; BRITES, 2013, p. 138)

Nos últimos anos, o nível de pobreza vem crescendo no Brasil, isso em decorrência de todo processo histórico de injustiça social, desigualdade, que atinge parte significativa da população que não mantém condições mínimas de dignidade.

O fenômeno do subdesenvolvimento está impregnado na vida da população em situação de rua, pois a sociedade julga como se fosse resultado apenas de características internas, que deveriam ser superadas. Desta forma, também são as relações das nossas regiões, se compararmos o Sul e o Nordeste, dizem que cada população vive de acordo com o desenvolvimento dos seus habitantes, mas será que não existem fatores externos que influenciem a crise social?

Nesse sentido, a formação de grandes áreas marcadas pela concentração da “miséria absoluta”, sobretudo nas regiões metropolitanas do país, tem sido a expressão mais evidente da crise social permanente vivenciada pela sociedade brasileira. Esse quadro, agravado pela falta de acesso por parte da população aos serviços públicos básicos, sintoniza-se com o fenômeno das “zonas cinzentas” espalhadas pelo mundo. A diferença, no caso brasileiro, assim como nos demais países periféricos, é que esses territórios jamais deixaram de fazer parte do espaço urbano no contexto da modernização do país. A modernização capitalista no Brasil não estabeleceu, por razões estruturais, formas de integração efetiva das populações dessas áreas a partir de estratégias redistributivas. (FORTI; BRITES, 2013, p. 120)

As pessoas em situação de rua não conseguem se inserir no bloco industrial hegemônico da economia, a cidade acaba se tornando o centro das contradições e o espaço onde sobrevive essa população em padrões baixíssimos de vida. A pobreza, está relacionada a outros fatores:

A situação de pobreza não se resume à insuficiência de renda. Ter uma baixa renda é o resultado de diversos fatores inter-relacionados: baixa escolaridade, poucas oportunidades de qualificação profissional, difícil inserção no mercado de trabalho, acesso a postos mal remunerados e sem perspectivas de progresso e de acesso aos espaços públicos de poder. O Brasil, no decorrer de sua história, convive com grandes disparidades sociais, econômicas e culturais, que tiveram origem no processo exploratório de ocupação territorial brasileira e não foram erradicadas até a atualidade. (ÚGA, 2011, p.19)

Existe toda uma dificuldade particular do Brasil contemporâneo de gerar igualdade de direitos para todos, diante de todo o processo sócio histórico, um passado de colonizados e colonizadores, de senhor do engenho e escravos, de explorados e exploradores que influencia até os dias atuais, a discriminação. Nesse cenário, podemos citar como exemplo:

A situação do negro no Brasil também é preocupante. O número de homicídios cometidos contra negros é maior que o dobro dos homicídios cometidos contra os outros homens. A cada cem mil negros, 36 são vítimas de homicídio. Os homicídios cometidos contra os homens não-negros são bem menores: a cada cem mil pessoas não- -negras, quinze são assinadas. Essas situações constituem graves obstáculos para que consigamos ter um desenvolvimento equilibrado. Para superar a pobreza e diminuir as desigualdades, deve haver investimento em políticas sociais que promovam os Direitos humanos, com iniciativas que atendam em especial aqueles que sempre, ao longo da história, foram afetados pela exclusão: índios, negros, quilombolas, pessoas com deficiência e mulheres – reconhecendo e valorizando suas diferenças e combatendo toda forma de discriminação. (VAZZOLER, 2014, p.85)

Esses conflitos entre classes motivam a exploração, a violência e o agravamento nos casos de homicídios entre os mais vulneráveis, dentre eles estão os escravos, os pobres, e as mulheres, como mostram os dados:

O ministério do Trabalho e Emprego revelam que, entre os anos de 1995 a 2012, 44.415 trabalhadores foram resgatados da situação de trabalho escravo (BRASIL, mTE, on-line). É difícil acreditar que, depois de mais de 120 anos da abolição da escravidão no Brasil, ainda existam pessoas que são submetidas a essas condições. Quando falamos da violência contra as mulheres, os dados são ainda mais alarmantes. Entre 2001 e 2011, 50 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, sendo que um terço desses crimes ocorreram dentro da própria casa da vítima. Chamamos esse ato de violência de feminicídio, pois foram cometidos pelo fato da vítima ser mulher. Isso para tratarmos apenas das mortes, sem falar nas agressões físicas, abusos sexuais e violência emocional que as mulheres sofrem no seu cotidiano. (VAZZOLER, 2014, p.90)

A questão social que vai adquirindo novas roupagens, vai se deparando com novos desafios, típicos de um mundo globalizado, industrializado e moderno, gerando assim fenômenos nunca imaginados anteriormente.

Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como uma era turbulenta. Mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas. Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava ao mesmo tempo a emergência de um sistema social mais humano. Durkheim acreditava que a expansão ulterior do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do individualismo moral. Max Weber era o mais pessimista entre os três patriarcas fundadores, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Ainda assim, nem mesmo ele antecipou plenamente o quão extensivo viria a ser o lado mais sombrio da modernidade. (GIDDENSP, 1991, p. 17)

Ninguém poderia imaginar que o processo de modernidade causaria conflitos, que resultaria no desemprego, trabalho informal, pobreza e mendicância que se conceitua:

[...] o fenômeno da mendicância, enquanto fenômeno social, emerge da própria dinâmica do modo de produção capitalista. É uma realidade que decore das condições de desenvolvimento das relações capitalistas e uma vez constituída vive às custas da exploração do trabalho. Reproduz-se através da doação, em nada contribuindo para a acumulação do capital. (FLORA, 1987, p. 39)

A sociedade está centralizada na sua visão de mundo, de vida, buscando punir aquele que representa perigo. Por isso, rotulam-se e estigmatizam-se as pessoas em situação de rua, como seres que fracassaram em assumir um papel social. Os dados abaixo demonstram que o cenário está mudando, principalmente com a diminuição da pobreza, ocasionada pelas novas políticas públicas:

Estudo desenvolvido pelo IPEA em 2008 (IPEA, 2008) sobre a pobreza e a riqueza nas seis maiores metrópoles urbanas no Brasil reafirma a tendência antes indicada, demonstrando que o crescimento produtivo do país foi acompanhado, no período 2003 a 2007, pela melhoria da renda de todas as famílias, com diminuição do número de pobres, tendência mantida em 2008. O número de pobres caiu de 35,0% em 2003 para 24,1%, em 2008. Foi ainda mais significativa no período a diminuição do número de indigentes, de 48,3% para 43,8% de 2003 a 2008. O estudo aponta como causas para redução da pobreza e da indigência o crescimento econômico, ganho real do salário mínimo e o dinheiro transferido do governo para os pobres.

Complementando a análise acima, a pesquisa realizada pelo IPEA (IPEA, 2010) sobre pobreza, desigualdade de renda e políticas públicas no mundo e no Brasil nos anos recentes aponta como causas da diminuição consistente da pobreza e da desigualdade, uma combinação de fatores: continuidade da estabilidade monetária, a maior expansão econômica e o reforço das políticas públicas, com destaque à elevação real do salário mínimo, a ampliação do crédito popular, reformulação e alargamento dos programas de transferência de renda aos extratos de menor rendimento.

Podemos constatar que houve uma melhoria de renda entre as famílias, resultado de uma combinação de várias intervenções governamentais, resultando na redução da pobreza.

5.3– A Pobreza no Brasil – Apresentando o Plano “Brasil sem Miséria”

No Brasil, foi instituído, pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social (atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), que desenvolveu uma nova roupagem e uma série de mediações, para realizar na esfera pública direitos pertinentes à assistência social.

No país, foi instituído no Decreto de nº 7.492 de 2 de Junho de 2011, o plano Brasil sem Miséria “é direcionado aos brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar é de até R\$ 70 por pessoa. De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão nesta situação 16,2 milhões de brasileiros.” (MDS) O projeto busca superar a pobreza dentro do território nacional e será custeado pela União, em parceria com os Estados, Distrito Federal, Municípios e a sociedade. Foi incorporado no primeiro mandato do governo atual de Dilma Rousseff, que no seu discurso de posse no Congresso Nacional, comprometeu-se a extinguir a pobreza extrema no país.

O objetivo do projeto era de eliminar a pobreza até o final de 2014. O plano foi organizado em três bases: garantia de renda, acesso a serviços públicos e, por fim, a inclusão produtiva, focando a importância da renda, para alcançar o objetivo.

Embora a renda seja uma variável fundamental nessa discussão, sabemos que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas. Além da insuficiência de renda, insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, à energia elétrica, à saúde e à moradia são algumas delas. Superar a extrema pobreza requer, portanto, a ação intersetorial do Estado. (MDS, 2011)

Ainda de acordo com o MDS, 22 milhões de pessoas, desde o início do Programa, saíram da situação de miséria, contudo ainda existem famílias que estão dentro do perfil, mas ainda não foram receber o benefício.

Esse programa possui diversas formas de acesso: Brasil Alfabetizado, Brasil Carinhoso, Brasil Sorridente, Olhar Brasil, Programa Mais Educação e Saúde na Escola. Com relação à garantia de renda, estão inclusos o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC); no item da inclusão produtiva urbana estão: Catadores de

Material Reciclável, Mega Feirão de Emprego, Programa Crescer e Mulheres Mil. Já na inclusão produtiva rural, são ofertadas as ações como: Água para Todos, Assistência Técnica e Extensão Rural, Bolsa Verde, Fomento, Luz para Todos e Sementes, não podemos deixar de mencionar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Institucional (Pronatec) que a cada dia vai superando as expectativas nos números de inscritos.

O Plano Brasil sem Miséria não apresenta políticas voltadas para a população em situação de rua, que hoje ainda se apresenta como um grande desafio para os órgãos públicos. A inclusão nessa política é condicionada à inscrição no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, ou seja, é necessário estar no perfil estabelecido pelo Governo Federal, e as pessoas em situação de rua não se enquadram nessa descrição.

O Brasil é um país que tem seu desenvolvimento histórico tardio, a pobreza não é exclusiva de uma determinada região do país, em especial o Nordeste, como todos pensam, ela está em quase todas as regiões, principalmente próximo aos grandes centros urbanos existem periferias com população de extrema pobreza.

Os maiores índices de população em extrema pobreza encontram-se nas Regiões Norte e Nordeste do País, com 16,8% e 18,1%, respectivamente. De cada cem brasileiros na extrema pobreza, 75 moram em uma dessas duas regiões. Embora a economia do Estado venha apresentando crescimento se comparado com o índice do País, muito precisa ser feito para mudar essa situação de miséria.(ÚGA, 2011)

Segundo o censo do IBGE de 2010, a cidade de Fortaleza, com 2.452.185 de habitantes, é a quinta capital do país em termos populacionais. Economicamente, Fortaleza destaca-se pela atividade comercial e de serviços, com destaque para o turismo e o entretenimento.

As pesquisas revelam que o Brasil tem alcançado ótimos resultados durante os últimos anos, tendo seus programas até copiados em outros países. Contudo, embora grande parte da população tenha saído da situação de extrema pobreza, a desigualdade social não diminuiu. É necessário que tenha uma política de inserção, de caráter preventivo e não apenas restaurador.

O resultado desta estrutura de gastos sociais criou um mecanismo de reprodução da pobreza ao longo do tempo. Uma parcela substancial das crianças brasileiras vive em famílias pobres (50%). Destas crianças, mais de 80% não completam o ensino fundamental, ou seja, não possuem oito anos de estudos, ou porque não têm condições de fazê-lo por precisar entrar no mercado de trabalho muito cedo, ou porque as escolas públicas a que têm acesso são de tão baixa qualidade que são incapazes de mantê-las. Como consequência, 40% das crianças brasileiras, ao se tornarem adultas, terão menos de oito anos de estudos. Dificilmente conseguirão um trabalho decente. Serão os pobres do futuro. A pergunta é: por que o gasto social brasileiro tem sido tão ineficiente para reduzir a pobreza e a desigualdade da distribuição da renda ao longo do tempo? Será que o problema está no fato de a clientela à qual os programas são dirigidos não ser correta para atingir este objetivo,

ou o desenho dos programas é tal que os recursos não são efetivamente apropriados pela clientela-alvo, ou os incentivos gerados não são compatíveis com os objetivos? (CAMARGO, 2004, p.75)

Diante de suas inúmeras facetas, o fenômeno da pobreza no Brasil tem sido visto com novos olhares. Analisando as especificidades do país, percebemos como grande motivo para o agravamento desse fato: a desigualdade.

Além disso, explica Maria Lúcia Werneck Vianna, o interesse do governo é formar produtores-consumidores mais do que resguardar direitos civis. A inclusão social defendida pelos programas e políticas sociais voltadas para a pobreza traduz-se na inclusão ao mercado. Não por acaso o indivíduo é incitado a agir por si só, em uma tática de empowerment(conferir-lhe poder de decisão e autonomia). (FORTI; BRITES, 2013, p. 161)

“O valor atingido pela renda per capita, mostra que o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de modo que a persistência da pobreza absoluta se deve à má distribuição de renda”(FLORA, 2003, p. 58). É importante que todos saibam que o Brasil não é um país pobre, apenas os recursos disponíveis são distribuídos de forma errônea:

Assim sendo, no Brasil de hoje, faz-se urgente radicalizar a crítica e cobrar as promessas contidas no conceito de democracia. A questão real hoje é como desprivatizar o Estado, e esta seria a perspectiva de sua reforma (que significa ampliar os espaços da esfera pública não burguesa, mas não no sentido de que cabe à sociedade realizar o que é dever do Estado, e sim no sentido rigoroso de balizar-se os movimentos, de democratizá-lo, de ampliar as arenas de conflito e resolução, e não de reprimi-los). Desprivatiza-lo significa desentranhar os “anéis burocráticos” que formam a imbricação histórica promiscua entre o público e o privado no Brasil. (FORTI; BRITES, 2013, p. 164)

É necessário reforçar as articulações, seja na participação política e especialmente nos movimentos sociais, fóruns e comunidades, em busca da efetivação dos direitos da população garantidos desde a Constituição de 1988 e que, muitas vezes, se resume no “direito escrito” e não concretizado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por base norteadora, entender as trajetórias de vida da população em situação de rua, que vive temporariamente do Albergue São Francisco. No decorrer do trabalho, percebemos que se trata de uma nova temática, que existem poucos estudos e projetos voltados para esses sujeitos e que são necessários novas investigações, trabalhos e políticas sociais para responder às demandas desses cidadãos.

A questão em estudo se trata de um tema de grande relevância, embora durante todo o contexto sócio-histórico e cultural, esses sujeitos tenham sido totalmente estigmatizados. Consideramos esse trabalho inacabado, pois há indícios que esse quadro comece a mudar, tendo em vista o aumento significativo dessa população na rua nos últimos anos, a qual vem gerando um grande desconforto, em especial ao governo que precisa transformar as medidas paliativas em políticas plausíveis.

Conforme Silva (2009, p. 12) “O fenômeno população em situação de rua é uma expressão inconstante das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social.” Vários pontos foram enfatizados no decorrer da pesquisa, dentre eles está a divisão de classe que reproduz uma população instável e vulnerável.

Outro fator relevante relacionado à desigualdade social, que tem como resultado a pobreza e a exclusão social, que são os objetivos específicos desse trabalho. A condição de vida desses sujeitos, que os leva a ser discriminados, por não conseguirem corresponder aos anseios da sociedade capitalista que diariamente criam desejos, modismos e nos levam a enxergar no consumismo a concretização da felicidade.

O fenômeno população em situação de rua é uma concretização do desenvolvimento tardio do país, da má distribuição de renda que ao mesmo tempo gera um acúmulo de riqueza, mas também de pobreza. Existe uma inclinação na sociedade contemporânea de culpabilizar o sujeito e atribuir-lhe a responsabilidade de sua condição, isentando a sociedade da reprodução desse fenômeno e o Estado do compromisso de enfrentá-lo. E as pessoas que estão na rua vivem todo tipo de discriminação, pois são vistas como “loucas” e “sujas”.

O que podemos perceber é que a população em situação de rua não é um fenômeno novo, e no Brasil existe uma grande tendência de naturalizar esse fato, podemos constatar isso ao depararmos com a inexistência de políticas sociais universalizadas capazes de reduzir a pobreza, as desigualdades sociais e ampliar a cidadania, assim também pela ausência de estudos específicos para esse público.

Os dados nacionais que existem estão restritos à Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada em 2007; é quase impossível fazer uma análise consistente, embasado em elementos obtidos no intervalo de tempo delimitado e ultrapassado.

O que se percebe é que, embora com poucas referências sobre a dimensão quantitativa, o fenômeno começa a chamar atenção e inquietar o governo, as Organizações não Governamentais, os sindicatos e os pesquisadores. Contudo, é necessário que tenha uma reestruturação, pois tentar entender apenas de forma teórica é muito desafiante. Foi com esse intuito de se aproximar e avaliar qualitativamente esses cidadãos que foi escolhido analisar as trajetórias de vida dos sujeitos que estão temporariamente no Albergue São Francisco, tentando entender as expressões concretas (como chegaram, quais os motivos que os levaram à instituição e suas perspectivas), na esperança de contribuir na formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas.

Após a junção dos dados e informações, foram organizados de forma que possibilitasse uma análise qualitativa de todo o conteúdo com a tentativa de construir respostas para os objetivos geral e específicos. O que consegui perceber, com os resultados da pesquisa, é que os sujeitos que hoje estão no Albergue se identificam em alguns aspectos com os participantes da pesquisa nacional, seguem alguns dados: 1 – Todos exerciam alguma atividade laboral, antes de estarem na rua; 2 – Existe uma deficiência no processo educacional; 3- Os motivos que os levaram à rua foram drogadição e o alcoolismo; 4 – A maioria conhece e sabe onde está a sua família.

Embora de forma precária pelas dificuldades econômicas, a instituição tentar executar o seu papel, já que elas surgem pela necessidade da própria sociedade de cuidar, recuperar e reintegrar essas pessoas ao convívio social. Contudo, não existe um critério de inserção de pessoas apenas católicas, pois a instituição utiliza outras ferramentas para seleção, porém tem todo uma religiosidade própria do carisma.

Os albergues, casas de apoio e CentroPop, são apenas algumas medidas paliativas que existem hoje, que mascaram a necessidade urgente de criação de políticas públicas, que gere também condições de trabalho, salário e sobrevivência a essa população, que se preocupe principalmente com a saída pós-albergue.

É necessário que haja integração entre as secretarias de habitação, do trabalho, da saúde, com projetos sociais mais amplos e consistentes. Os ministérios também têm que assumir e não ficar a responsabilidade apenas para a assistência social.

No exercício do seu fazer profissional o(a) assistente social acompanha/direciona os usuários buscando responder suas demandas, intervindo diretamente nas refrações da questão

social. É necessário que novas pesquisas sejam desenvolvidas para que se conheçam e desenvolvam projetos para responder as demandas, já que o(a) assistente social atua na formulação e implantação de programas e projetos.

Cotidianamente, o(a) assistente social utiliza sua instrumentalidade sempre buscando uma intervenção no processo da sociedade, que vai além da aparência, mas que realmente se preocupa com o cidadão e suas necessidades.

O(a) assistente social é um profissional técnico, mas também intelectual, capaz de entender as mazelas da sociedade e contribuir na tentativa de mudar esse cenário, onde se diz haver um progresso nacional, e na verdade existe uma luta de classe com interesses antagônicos, mediados pelo Estado. (Yolanda Guerra, 2007)

Um fator relevante também no trabalho que precisa ser elucidado está nos novos arranjos da sociedade, nas metamorfoses criadas no decorrer dos últimos anos, relacionadas com a erradicação da pobreza. Silva (2009) relata que o viés conservador comprometido com os interesses do capital, em detrimento dos interesses das classes trabalhadora, marcou os governos que se instalaram no país, especificamente sobre o Bolsa Família, que é um programa de natureza compensatória, que apenas minoram os efeitos mais gritantes da pobreza e da desigualdade, sem comprometer a estrutura social. Esses programas apenas tentam silenciar a população, ao mesmo tempo em que os mantêm consumidores ativos, gerando mais lucro para o capitalismo.

As reflexões desenvolvidas aqui apontam para a necessidade de se avançar na pauta de reivindicações por direitos de cidadania. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Artigo 5º, a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No artigo 6º, lê-se que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Embora saibamos que a materialização desses direitos é quase inexistente, é importante buscar a consolidação da democracia, do respeito, das desconstruções de estereótipos que fazem da população em situação de rua: “pedintes,” “ladroes,” e “malandros”, levando-os muitas vezes a negarem a si mesmos.

Esses sujeitos sofrem todas as violações de seus direitos, a vida na rua causa danos, sequelas físicas, psicológicas, doenças de saúde ocasionadas pela falta de higiene e alimentação. A violência cotidianamente agrava mais ainda a vulnerabilidade, as disputas e a ausência de auto estima.

É necessário que haja estudos posteriores que incentivem a desvendar esse fenômeno. Precisamos chegar aos direitos humanos e não aceitar nada a menos que a igualdade de fato, a liberdade real e a fraternidade na prática.

Percebemos, nas linhas anteriores, que o Brasil não é um país pobre, o mesmo tem os recursos mal distribuídos, é importante que todos se conscientizem dos seus direitos, participem de fóruns, debates e programas, demonstrando que o patrimônio do país não são os monumentos, as praças, mas os cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Maria Wania; **A cultura do povo da rua Arquidiocese de Belo Horizonte**, Pastoral da Rua, 2006

ARZABE, Patricia Helena Massa; **Pobreza, Exclusão Social e Direitos Humanos: o papel do Estado** Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25069-25071-1-PB.htm> Acesso em: Maio 2015

BRASIL, Constituição(1998) **Constituição da República Federativa do Brasil**; (promulgada em 5 de Outubro de 1998) 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira)

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**, 9ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL, Lei n. 8.742, de 07 de Dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm> Acesso em: 14/06/2014

BRASIL. Decreto n. 7.053 de 23 de Dezembro de 2009. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm> Acesso em : 14/06/2014

BRASIL, Carta de Brasília Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Carta_Aberta_aoPresidente_da_Republica_Federativa_do_Brasil>. Acesso em Maio/2014

BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. (Orgs.). **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre. Federação Internacional de Universidades Católicas; EDIPUCRS, 2004.

CARVALHO, M. M; ALMEIDA, P. H; **Família e proteção social**. São Paulo: Perspec. v.17, 2004 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392003000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 20/07/2014

CAMARGO, José Márcio. **Política Social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos**. São Paulo Perspec. vol.18 São Paulo 2004

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1988

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CAMPOS, Andre; CASTRO, Daniel; OLIVEIRA, Marcos Paulo; AMORIM, Ricardo I.C; COELHO, Rodrigo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. Editora Cortez, São Paulo, 2015.

CLEISA, M. M. R.; BEZERRA, E. M. R.; VIEIRA, M. A. C. **População de Rua Quem É, Como Vive, Como É Vista** ; Editora: Hucitec, 2004.

COSTA, A. P. M.; RENUCO, A. B. **População em Situação de Rua**. Relatório de Consultoria, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília-DF, abril, 2005.

DaMatta, Roberto, **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro, Rocco Ltd, 1997

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGB, 2009

FALEIROS, V. P. **Saber Profissional e Poder Institucional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FORTI, Valeria ; BRITES, Cristina Maria; **Direitos Humanos e Serviço Social: Polemicas, Debates e Embates**. 3 ed Rio de Janeiro: editora 2013.

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira, **Direitos Humanos Fundamentais** 12 edi São Paulo: Saraiva, 2010.

FRANGELLA, Simone. **Corpos errantes urbanos: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Edi Annablume, Fapesp, 2009.

GAMA, G. C. N da. **Princípios Constitucionais de Direito de Família**. São Paulo: Atlas, 2008

GIDDENS, A. **A consequência da Humanidade**, Cambridge: Polity Press, 1990.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo Editora Unesp,1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** 6 edi São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. Disponível em : <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>. Acesso Maio/ 2015

IAMAMOTO, M V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, M E A T. **Análise do Discurso e/ou Análise de Conteúdo** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, 2003.

MAGNI, C. T. **A Rua Invisível: Espaço de Habitar**. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MARTINELLI, M. L. O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social. In: Martinelli, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras editora. 1999. Série Núcleo de Pesquisa.

MARQUES, Maria de Fátima; Oliveira, Raimunda Felix; LEAL, Maria Lúcia Pinto; **Saúde da população em situação de rua**. Promoção da Equidade no SUS, 2014

MATTOS, R.M.; TUCCI, C. e convidados. **A situação de rua por ela mesma: relatos de sobreviventes**. Semana de Psicologia da Universidade São Marcos, São Paulo, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade ; LAKATOS. Eva Maria Técnicas de Pesquisa: São Paulo: 7 ed, atlas 2010

MENDES, Mariana. **Os moradores de rua e suas trajetórias**. Dissertação (Mestrado em Sociologia_ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S.; GOMES, S. F. D. R. (orgs.).**Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINAYO, M.C.S E DESLANDES, S.F. (org) **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

Ministério Público de Minas Gerais. **Direitos dos Moradores de Rua: Um guia na luta pela dignidade e cidadania**, 2011.

MONTEIRO, Maria Odete de Araujo, Pobreza extrema no espaço urbano: o caso dos moradores das ruas de Fortaleza, CE, BRASIL
Disponível em http://www.uece.br/mag/dmdocuments/maria_odete_monteiro.pdf Acesso em: Maio 2015.

MORAES, A. **Direitos Humanos Fundamentais**. 9.Ed. São Paulo. Atlas, 2011

MUNÕZ, J. V. **População adulta de rua: uma proposta de metodologia socioeducativa: nova pesquisa e assessoria em educação**, Rio de Janeiro: 1977. (Textos em Debate)

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa**. Características, Usos e Possibilidades; São Paulo,1996

_____. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, 2008Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf> Acesso em: Junho/2014

Prefeitura de Fortaleza - SEMAS Disponível em:
<<http://www.fortaleza.ce.gov.br/servicos/cidadao/assistencia-social-semas/populacao-em-situacao-de-rua>>Acesso em Abril/2015

Prefeitura de Fortaleza – SETRA Disponível em:
<<http://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/setra/prefeitura-inicia-trabalhos-de-abrigo-para-moradores-de-rua>> Acesso em Abril de 2015

- PRADO, D. **O que é família**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- ROSA, Cleisa. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- SEHONS, S. M. **Assistência Social entre a ordem e a desordem**. 3. ed. São Paulo. Cortez, 2008
- SEVERINO, Antônio Joaquim . **Metodologia do trabalho científico**. 3. ed. Cortez, São Paulo. 2007
- SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.
- SILVA, Maria Lucia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua**. São Paulo, Cortez, 2009
- SIMÕES, J. J. G. **Moradores de rua**. São Paulo: Polis, 1992.
- SNOW, D ; ANDERSON, L. **Desafortunados: Um estudo sobre o Povo da Rua**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SPOSATI, A. Mínimos e seguridade. In: **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**. Secretaria de Estado da Assistência Social. Mínimos sociais. Questões conceitos opções e estratégias. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: Fundap, 1999.
- TIENE, I. **Mulher Moradora de Rua – entre violências e políticas sociais**. Campinas: Alínea, 2004.
- TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico – qualitativa**. 3. Rio de Janeiro ed, Editora Vozes 2003
- VAZZOLER, Ana Claudia Pardini. **Direitos humanos e exclusão social**, Equidade no SUS, 2014
- VENOSA, S.S. **Direito de Família**. 2.ed.São Paulo: Saraiva, 2002
- VIEIRA, M. Da C; BEZERRA, E.M R. ; ROSA, C. M. (Orgs.). **População de Rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec, 1994.
- WACQUANT, L. **As prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- UGÁ, Vivian Domínguez. **A questão social como pobreza, crítica à conceituação neoliberal**. Curitiba: Editora Appris, Curitiba, 2011.

APÊNDICES

APÊNCIDE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

DADOS:

Data da entrevista: ____/____/2015

Idade: _____ anos

Naturalidade: _____

Estado civil: Solteira () Casada () Separada () Viúva () Outro ()

Escolaridade:

1. Fundamental: Completo () Incompleto ()

2. Médio: Completo () Incompleto ()

3. Superior: Completo () Incompleto ()

4. Outros: _____

PERGUNTAS:

1. Fale um pouco da sua trajetória?

2. Está inserido em alguma política ou programa do governo?

3. Você lembra-se de alguma situação ou discriminação que tenha sofrido?

4. Como você chegou ao albergue?

5. Qual a importância da família, na sua trajetória?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: *As trajetórias de vida das pessoas em Situação de Rua que estão temporariamente no Albergue São Francisco: dilemas e enfrentamentos dessa questão Social*, desenvolvida por Alana Rosney de Souza Barbosa. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) 988075399. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é *analisar as trajetórias de vida das pessoas em situação de rua que estão temporariamente no Albergue São Francisco*. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha: